

Carta Mensal

Setembro
2009

654

v. 55

Problemas Nacionais

Conferências pronunciadas nas reuniões
semanais do Conselho Técnico da
Confederação Nacional do Comércio
de Bens, Serviços e Turismo

Sumário

Eduardo Abranches de Soveral (1927-2003): Filósofo Luso-Brasileiro	3
<i>Ricardo Vélez Rodríguez</i>	
Oliveira Vianna, este Desconhecido	35
<i>Nelson Mello e Souza</i>	
A Sociologia de Euclides da Cunha	64
<i>José Arthur Rios</i>	
Síntese da Conjuntura Evolução da Crise Mundial.....	80
<i>Ernane Galvão</i>	

São de responsabilidade de seus autores os conceitos emitidos
nas conferências aqui publicadas.

Solicita-se aos assinantes comunicarem qualquer alteração de endereço.

As matérias podem ser livremente reproduzidas integral ou parcialmente, desde que citada a fonte.

A íntegra das duas últimas edições dessa publicação estão disponíveis no endereço www.portaldocomercio.org.br, no link Produtos e Serviços – Publicações – Periódicos.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

v. 55, n. 654, Setembro 2009

Brasília

SBN Quadra 01 Bloco B nº 14, 15º ao 18º andar
Edifício Confederação Nacional do Comércio
CEP 70041-902
PABX (61) 3329-9500 | 3329-9501
E-mail: cncdf@cnc.com.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307
CEP 20021-130 Rio de Janeiro
Tels.: (21) 3804-9241
Fax (21) 2544-9279
E-mail: ctec@cnc.com.br

Web site: www.portaldocomercio.org.br

Publicação Mensal

Editor-Responsável: Gilberto Paim

Projeto Gráfico:

Assessoria de Comunicação/Programação Visual

Impressão: Gráfica Ultraset

Carta Mensal | Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – v. 1, n. 1 (1955) – Rio de Janeiro: CNC, 1955-100 p.
Mensal
ISSN 0101-4315

1. Problemas Brasileiros – Periódicos. I. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Conselho Técnico.

Eduardo Abranches de Soveral (1927-2003): Filósofo Luso-Brasileiro

Ricardo Vélez Rodríguez

*Coordenador do Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa”,
da Universidade Federal de Juiz de Fora; Coordenador do Núcleo de Estudos
Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade Federal de Juiz de Fora.*

Extinguiu-se, na primavera europeia de 2003, na cidade do Porto, a existência do filósofo português Eduardo Abranches de Soveral. Não duvido em identificá-lo como pensador luso-brasileiro, em decorrência da importante contribuição que deu à nossa meditação filosófica, ao ensejo da sua longa permanência no Brasil, entre meados da década de 1970, até o final dos anos 1980. Soveral tinha nascido em Mangualde (Viseu, Beira Alta – Portugal) em 1927. Desde muito cedo o nosso autor manifestou propensão para os estudos filosóficos. Em Viseu foi discípulo de Augusto Saraiva e, em Coimbra, de Miranda Barbosa. Pertenceu ao corpo diplomático do seu país na década de 1950, tendo se decidido pela docência universitária no decênio seguinte. Doutorou-se em Filosofia no ano de 1965, com a tese intitulada: *O método fenomenológico: estudo para a determinação do seu valor filosófico. I – O valor do método para a Filosofia*, na Faculdade

de Letras da Universidade do Porto. Durante vários anos foi coordenador do Curso de Filosofia nessa Faculdade, tendo chegado a professor catedrático e organizador da pós-graduação em Filosofia, ao redor do estudo sistemático dos filósofos portugueses. Destaquemos a oportunidade dessa iniciativa, em um momento em que Portugal acordou para a necessidade de reviver os seus fundamentos culturais, ao ensejo da inserção na Comunidade Europeia.

A mencionada tese com que obteve o seu doutorado em Filosofia, constituiu a base teórica sobre a qual se desenvolveram posteriormente os seus trabalhos nos terrenos da Filosofia da educação, da Filosofia política, da Filosofia da cultura, da história das ideias e da ética. Em relação ao núcleo teórico da mesma, escreveu Gustavo de Fraga: “Na esteira de Miranda Barbosa, todavia, E. Soveral tende a considerar o método da fenomenologia separadamente da Filosofia fenomenológica, marcando uma posição crítica relativamente à Fenomenologia e considerando o que nela se oferece de mais consistente e valioso para a Filosofia – o seu método”.¹ O nosso autor alicerçou-se, na sua tese doutoral, além de Husserl, em N. Hartmann, M. Merleau-Ponty, Max Scheler, M. Heidegger e E. Levinas, “o que diz alguma coisa da vigorosa decisão com que pretende determinar em definitivo o valor filosófico do método fenomenológico”.²

Eduardo Soveral elaborou uma antropologia filosófica com rigorosa base metafísica, mas levando em consideração a vivência humana (graças à utilização que fez do método fenomenológico). A partir dessa concepção passou a discutir os problemas mais radicais que afetam ao homem contemporâneo. Gustavo de Fraga destacou a fecundidade da reflexão filosófica do nosso autor, com as seguintes palavras: “o autor revela o que tem sido o núcleo do seu projeto filosófico: a instituição de uma teologia filosófica capaz de fundamentar

e de orientar as ciências humanas (em particular a ética, a política e a economia), facultando deste modo soluções para os grandes problemas da sociedade”.³ Por teologia filosófica entendemos uma antropologia aberta à transcendência.

O nosso autor estava destinado, segundo a *praxe* da universidade europeia, a especializar-se em Filosofia moderna e contemporânea. Para se preparar nesse terreno, Soveral elaborou magnífica síntese sobre a Filosofia de Pascal, intitulada: *Pascal, filósofo cristão*⁴ e traduziu o *Ensaio sobre o entendimento humano*⁵ de John Locke. Ao ensejo dos episódios da *Revolução dos Cravos*, o nosso autor sofreu as agruras motivadas pela intolerância no meio acadêmico. Antônio Paim sintetizou da seguinte forma esses episódios: “nessa altura desabou sobre Portugal a revolução antissalazarista, logo submetida à hegemonia dos comunistas, cujo ressentimento manifestou-se abertamente em ódio à cultura e ao saber. Mesmo sendo apenas docente de Filosofia, sem militância política, Soveral não suportou o clima de intolerância e perseguição mesquinha, emigrando para o Brasil”.⁶

Soveral foi docente de Filosofia na Universidade Católica de Petrópolis (onde também coordenou o curso de mestrado em educação) e na Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro (onde criou o curso de doutorado em pensamento luso-brasileiro, juntamente com Antônio Paim, em 1979). Colaborou, de forma eficiente, para a formação de uma geração de pesquisadores da Filosofia luso-brasileira (cerca de 30 teses de doutorado foram defendidas na Universidade Gama Filho, na área apontada, entre 1979 e 1989). A sua influência foi definitiva para a consolidação do rigor acadêmico no estudo dos pensadores luso-brasileiros. É memorável o método monográfico que o nosso pensador desenvolveu, consistente em identificar os problemas (chamados por Soveral de “filosofemas”), objeto da meditação de

cada pensador. Referir-nos-emos logo mais a esse aspecto da sua doutrina filosófica.

Além das suas funções como professor catedrático de Filosofia da Universidade do Porto (de cujo Instituto de Filosofia, sediado na Faculdade de Letras, foi fundador e primeiro presidente), Eduardo Soveral foi membro da Academia de Ciências de Lisboa, da Academia Brasileira de Filosofia, do Instituto Brasileiro de Filosofia, do Instituto de Filosofia Luso-Brasileira e da Sociedade Científica da Universidade Católica do Porto.

Dada a importância da obra de Soveral no contexto da meditação filosófica brasileira, foi dedicado ao estudo do seu pensamento o 3º Encontro Nacional de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira, que teve lugar em Londrina (Paraná), de 23 a 25 de setembro de 1993. Ao ensejo desse evento, foram estudados os seguintes aspectos do pensamento do nosso autor: introdução à obra filosófica, a concepção metafísica, a epistemologia, a Filosofia da história, bem como o estatuto ético-jurídico da sociedade. Os trabalhos apresentados no evento foram publicados nos respectivos *Anais*, organizados por Leonardo Prota.⁷

O traço mais marcante da produção intelectual de Soveral, talvez tenha sido o seu esforço em prol de um ordenamento da temática moderna na meditação filosófica. Antônio Paim traçou da seguinte forma o quadro do seu pensamento a respeito: “Soveral procedeu a certo ordenamento da temática moderna e tem se detido na análise de cada um de seus aspectos. Resumidamente, a temática em apreço seria: *gnoseológica*, abrangendo a inquirição sobre a natureza humana e seus limites, que suscita a questão da sobrevivência ou não da metafísica e também do desinteresse ontológico da parte da ciência ou

do encontro de fundamentos para esta última, aparecendo, também, de forma renovada, o problema das relações entre fé e razão; *metafísica*,— dizendo respeito notadamente ao Absoluto mas também à fundamentação da moral e da fixação de suas relações com a religião; e, finalmente, *ético-jurídica*, — abrangendo o problema da liberdade, o comportamento individual e coletivo e ainda a Filosofia da história ou da cultura, a par do estudo que vem realizando dos principais filósofos portugueses a partir do século passado.”⁸

Nesse esforço de ordenamento temático da meditação filosófica, ressalta-se a contribuição de Soveral no terreno da Filosofia da cultura, aplicada à educação. No início dessa década foi publicada significativa obra do nosso autor a respeito, intitulada: *Pedagogia para a era tecnológica* (organização e notas críticas de Antônio Paim, prólogo de Monsenhor Urbano Zilles. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001). Em ensaio anterior, Soveral já tinha destacado que a pedagogia para a era tecnológica deveria estar animada pela Filosofia, entendida no seu sentido socrático. A respeito, escreveu: “Para que, na ação docente, se não verifiquem um dogmatismo pedagógico nem a imposição de uma determinada ordem de valores, é necessário que o mestre comece por criar, socraticamente, um saudável e estimulante clima de liberdade crítica, que desmistifique os falsos mitos e problematize os preconceitos mais arraigados, e as mais respeitáveis convicções; isso, tendo o cuidado de afastar desde o início a suspeita de uma oculta intenção apologética; será necessário, para tanto, que o professor comece por se apresentar, identificando-se criticamente, ou seja, expondo, com lealdade e isenção, as suas mais profundas e autênticas opções valorativas; só tal exemplo despertará ou fomentará, nos alunos, uma paralela e interior necessidade de autoconhecimento, que está no início também de um processo educativo que enriqueça e aperfeiçoe

a sua personalidade. Depois disso, é fácil desenvolver o amor da verdade, com todas as suas indispensáveis exigências éticas, e interessar os alunos no exercício rigoroso das próprias faculdades cognitivas; e, possível até, que optem, criticamente, por essa ou aquela posição metafísica ou religiosa. (...) Na verdade, só o espírito filosófico é capaz de dissolver os bloqueios ideológicos e libertar as inteligências.””

Para os que tiveram o privilégio de ser seus discípulos, fica claro que as anteriores palavras não são apenas teoria, mas que se tornaram vida no apostolado docente de Eduardo Soveral, que soube colocar em ponto alto o ideal ético do educador e do filósofo, em um mundo que certamente não prima pela valoração da cultura desinteressada.

Os Fundamentos Filosóficos do Conhecimento no Seio da Cultura Luso-Brasileira, Segundo Eduardo Abranches de Soveral

Tratar acerca da epistemologia na obra de Eduardo Abranches de Soveral não é tarefa fácil. Isso porque, no pensamento do autor português, há uma íntima relação entre epistemologia, metafísica, ontologia, antropologia e ética. Por isso, mesmo correndo o risco de ser parcial e levando em consideração as outras abordagens que da sua obra têm sido feitas, limitar-me-ei à exposição dos tópicos mais significativos, presentes em dois ensaios seus: “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento” (1985) e “Sobre a racionalidade, a ética e o ser” (1988-1989), ambos recolhidos na coletânea feita por Antônio Paim e por ele apresentada sob o título de: *Eduardo Abranches de Soveral, Ensaios filosóficos (1978-1992)*, Vitória, 1992.

Cinco aspectos destacarei na epistemologia para o estudo da cultura luso-brasileira segundo Eduardo Abranches de Soveral:

1) características básicas da Filosofia; 2) subjetividade, intersubjetividade e verdade; 3) questões metafísicas relacionadas com a teoria do conhecimento; 4) questões metodológicas relacionadas com a teoria do conhecimento e 5) mediação epistêmica da cultura luso-brasileira e metodologia para o estudo da história das ideias filosóficas.

1) Características básicas da Filosofia

Coerente com a sua formação epistemológica, Soveral caracteriza a Filosofia, basicamente, como método, ao mesmo tempo crítico e hermenêutico. Quanto ao aspecto crítico, o autor escreve: “Em nosso entender, o que caracteriza uma obra filosófica não são os temas nem o conteúdo doutrinário, mas a exigência crítica problematizadora e a fundamentação das soluções propostas; além disso (e depois disso) a integração sistemática dos conhecimentos, orientada no sentido de uma unificação de todo o saber possível. Assim, a Filosofia começa por ser, expressa e deliberadamente, metódica.”¹⁰ Quanto ao aspecto hermenêutico, Soveral frisa que, pelo fato de a Filosofia dever ser expressão da dualidade sujeito-objeto, “(...) em termos que expressem todas as variantes das relações intersubjectivas, embora partindo e regressando à relação fundamental”, também “(...) a revelação e a linguagem passariam a ser o terreno fenomenológico por excelência, os místicos e os poetas os interlocutores privilegiados, e a Filosofia, fundamentalmente, uma hermenêutica”.¹¹

Do ponto de vista de sua feição crítica, a Filosofia é, para Soveral, “sempre, por essência, autônoma, ou seja, irreduzível ao seu passado e a todo o contexto contemporâneo a que esteja ligada”.¹² Já do ponto de vista da sua dimensão hermenêutica, a Filosofia é basicamente histórica. “É que a Filosofia – escreve Soveral – tem uma dimensão antropológica e existencial que a liga sempre ao homem concreto,

sob a forma de “sabedoria”, ou, se preferirmos, preludiando o tema central do pensamento de Leonardo Coimbra, a razão filosófica é, por natureza, “prática e metafísica”. E esta nuclear ligação da ética e da metafísica, valorizando, máxima e simultaneamente, a liberdade humana e o ser, exige, ao contrário do que poderia julgar-se, um especial recurso ao conhecimento histórico”.¹³

Ambas as dimensões da Filosofia, a hermenêutica e a crítica, estão, no sentir de Soveral, intimamente ligadas. No seio dessa última torna-se possível inventariar o conteúdo axiológico da tradição. Ora, “só quando é inventariado o conteúdo axiológico da tradição – frisa o nosso autor – é possível recuperá-la, positiva ou negativamente, em termos críticos instituindo um itinerário ético que verdadeiramente seja novo, mas nos inscreva no real”.¹⁴

2) Subjetividade, intersubjetividade e verdade

A reflexão filosófica desenvolveu, nos períodos moderno e contemporâneo, segundo Soveral, quatro formas de fundamentação do conhecimento: a cartesiana, a espinosana, a kantiana e a husserliana. Quanto à primeira, frisa o nosso autor: “Partindo do ato cognitivo por excelência que é o juízo, constitui-se uma das formas radicais de fundamentar o conhecimento: a evidência racional; é ela que confere ao enunciado judicativo uma veracidade necessária; não é possível negá-la, nem conceber, sequer, a sua negação”.¹⁵ A forma espinosana de fundamentação do conhecimento é assim caracterizada: “Como variante imediata dessa fundamentação pela evidência racional, que é, por essência, dedutiva, temos a fundamentação típica dos geometras que partem da afirmação ou proposição de teses que depois demonstram, algumas vezes de maneira negativa, reduzindo ao absurdo as teses opostas”.¹⁶ A forma kantiana, por sua vez, é assim caracterizada

por Soveral: “Uma (...) variante, menos radical, (que foi usada por Kant na segunda edição da *Crítica da razão pura*) consiste em partir dos problemas gnosiológicos imanentes a determinada zona, ou nível, do conhecimento, ou de determinada área da vida cultural, e considerar que a hipótese explicativa que os soluciona conferirá fundamento a tais conhecimentos, desde que se demonstre ser ela a única possível, ou a mais segura e direta, no caso de haver várias. Naturalmente que esta fundamentação, de tipo hierárquico e indutivo, terá tanto maior valor filosófico quanto mais, na escala ascendente e dialética dos problemas e das soluções se aproximar da radicalidade da evidência, que marca o termo de toda a problematização”.¹⁷

A forma husserliana de fundamentação do conhecimento é caracterizada, por último, assim: “Partindo da sensibilidade (em sentido kantiano), ou seja, da abertura do sujeito ao aparecimento de dados, de fenômenos, de algo de exterior que tem o poder e a iniciativa de uma presença irrecusável, configura-se uma outra forma radical de fundamentação cognitiva. Trata-se agora de constituir toda a experiência, a partir da zona originária em que não há obstáculos nem intermediários entre o sujeito que experimenta e aquilo que é experimentado; trata-se de captar o fenômeno puro”.¹⁸

O nosso autor considera que, das quatro formas de fundamentação do conhecimento apresentadas, a espinosana apresenta um risco de desvio consistente em “supor-se que a refutação polêmica das teses divergentes servirá de fundamento, para além do caso bem preciso – e único legítimo – em que se demonstra o absurdo da tese contraditória”.¹⁹ As outras três formas de fundamentação apresentam-se, para Soveral, como perfeitamente compatíveis, sendo que a forma transcendental – “onde terão de situar-se as análises gnosiológicas mais radicais”²⁰ – constitui o chão epistêmico onde elas acontecem.

Importa destacar que o nosso autor – seguramente influenciado pela sua formação fenomenológica – confere à forma transcendental apenas um valor metodológico e transitório, o que lhe permite concluir ser possível uma abertura metafísica em direção a uma primordial subjetividade inteligente, ou a uma objetividade irracional. Parece-me que Soveral se inclina pela primeira alternativa, ao afirmar que, após as investigações gnosiológicas “é possível e legítima uma segunda navegação de sentido inverso, que aprofunde dialecticamente as exigências críticas do conhecimento, até que se considere fundada uma conclusão quanto ao estatuto ôntico do cogito e dos fenômenos”.²¹

O método filosófico, inserido nesse centripetismo ôntico, “não se limitará mais – considera Soveral – a fundamentar o conhecimento científico, nem a proceder a investigações transcendentais. Mas passará a ter como objectivo o conhecimento das realidades metafísicas, devendo adequar-se, conseqüentemente, a esse novo propósito”.²² Nesse ponto, a meu ver, Soveral situa-se além da perspectiva transcendental kantiana, não só pelo fato de tê-la reduzido a simples recurso metodológico na fundamentação do conhecimento, mas também – e primordialmente – ao postular a possibilidade da sua superação, no conhecimento de realidades metafísicas.

Analisemos rapidamente as noções de subjetividade, intersubjetividade e verdade, na forma em que são entendidas por Soveral. Há, para ele, dois traços fundamentais da intersubjetividade: a racionalidade e a consciência. A primeira apresenta-se como “comum a todos os sujeitos”, e exprime uma universalidade “direta, límpida e irrecusável”. A segunda possui uma característica paradoxal, pois ao passo que é a raiz da unicidade de cada sujeito, deve também ser atribuída, de forma análoga, a todos os outros; em decorrência disso, a consciência é problemática. A coatividade do juízo evidente revela a cada um a

dimensão universal da racionalidade. “É a partir deste ponto fulcral – escreve Soveral – da ligação entre razão e consciência que o homem se sente inserido em um plano cuja universalidade é indiscutível e aberto a todos os seus horizontes.”²³

O primeiro momento da epifania da verdade é constituído pelo juízo evidente, o qual nos permite “a verificação de que a racionalidade tem como ato instaurador e última finalidade o princípio ontológico da identidade”.²⁴ A racionalidade constitui, também, um sistema objetivo de relações e é, ainda, “a regra de ouro para uma vida melhor”.²⁵ Se adentrando na análise do juízo evidente, Soveral considera insuficiente o argumento em que se alicerça o repúdio à lógica do conceito e que conduz à lógica proposicional. Esse argumento parte da pressuposição de que é a proposição a unidade semiótica elementar, capaz, portanto, de receber os valores gnosiológicos da veracidade, da falsidade e da maior ou menor probabilidade. O nosso autor cita dois aspectos que lhe parecem decisivos: em primeiro lugar, há distinção entre o valor gnosiológico “verdade” e o valor lógico “validade”; em segundo lugar, o conceito possui um sentido ou, em outras palavras, “uma dimensão semântica que não pode ser alheada do apuramento do valor gnósico da proposição.”²⁶ Todo conceito tem um sentido (simples ou complexo) e deve contar com uma determinação precisa e com uma expressão unívoca. O conceito, de outro lado, é incorporado em um nome (ou em uma expressão nominal provisória), pertencente a uma língua materna e portador de uma pluralidade aberta de sentido.

Na definição, no sentir de Soveral, “culmina todo o processo determinante do conteúdo enunciável do conceito”.²⁷ Em decorrência disso, os juízos evidentes são juízos analíticos, ou seja, juízos nos quais tudo aquilo que se afirma no conceito já estava contido “no seu potencial conteúdo enunciativo”, podendo ser explicitados pela simples análise

lógica. É necessário, aqui, colocar a questão do valor cognitivo dos juízos analíticos. Esse ponto, para Soveral, deve ser colocado nesses termos: “se um juízo tautológico terá algum valor para o conhecimento?”.²⁸ O princípio ontológico da identidade exprime a essência do “supremo ato gnósico”, graças ao qual o Sujeito Absoluto torna-se consciente. Esse ato gnósico, em sentido estrito, não é um juízo, mas “uma intuição translúcida em que *Lógos* e *Ser* coincidem”.²⁹

Em nós, seres humanos, ocorre a dolorosa separação entre *Lógos* e *Ser*. Aí radica, para o nosso pensador, toda a dramaticidade da existência humana. A respeito, escreve: “é no indigente e violentado Ser-para-Si (que nós, os humanos, somos) que a separação entre o *Lógos* e o *Óntico* atinge a dimensão máxima. Abertos a um infinito inatingível e sujeitos a condições, circunstâncias e dados que simultaneamente nos revelam e nos ocultam o *Ser*, o nosso itinerário existencial é particularmente difícil: balançamos entre a ameaça do sofrimento – que resulta, sempre, da experiência forçada de valores negativos – e a ameaça do Nada, existencialmente configurada como perda definitiva da consciência: como nos balouçamos entre um visceral desejo de segurança, de sobrevivência, de conservação, e um visceral desejo de mudança, de aventura, de risco, de partida para o desconhecido que se presente para lá dos nossos horizontes, de sermos fiéis à nossa constitutiva vocação de infinitamente crescermos na posse do Ser e de definitivamente nos libertarmos da vivência de todo o Mal.”³⁰ No contexto da nossa dolorosa finitude existencial, o juízo tautológico é, também – no sentir de Soveral – o supremo ato gnósico. Quando afirmo eu sou eu, “afirmo *a-priori* a minha unicidade e a unificação tendencial de mim comigo mesmo: como são tautológicos os juízos em que cada um de nós, a cada momento, se reconhece e afirma”.³¹ O juízo tautológico é, assim, o paradigma de todo o conhecimento.

O nosso autor reconhece a existência de três tipos de juízos tautológicos: 1) os que exprimem “o vínculo que liga as essências dependentes às independentes (como o que se verifica entre as noções de “corpo” e de “extensão)””; 2) os que “partem de uma identidade tautológica mediante um processo de substituição dos termos dessa identidade por outros equivalentes ($3 \times 7 = 18 + 3$)”; trata-se, aqui, de juízos evidentes; 3) os “sintéticos” ou “prospectivos” que, embora não evidentes, “visam intencionalmente uma evidência e (ou), no limite, uma intuição autorreflexiva”. Estes últimos juízos, no sentir de Soveral, “nos permitem aumentar transfinitamente o conteúdo significativo e representativo dos conceitos individuais mantendo a sua unicidade, garantindo, *a-priori* e a cada momento, a identidade consigo próprios”. Esses juízos, considera o nosso autor, “nos possibilitam a entificação de conceitos genéricos típicos, ou de conceitos coletivos, ou de conceitos individuais cuja existência é suposta, ou imaginada, ou produzida, no plano da empiria ou da cultura”.³² Ora, essa entificação, considera Soveral, enseja uma concepção atualista e criacionista, graças à qual é possível chegar à produção de objetos técnicos, de bens materiais, ou de obras de arte,³³ dando-se o enfraquecimento da densidade ôntica do dado como puro ser-em-si.

Mas se no contexto da nossa dolorosa finitude existencial o juízo tautológico é o supremo ato gnósico, como ficou demonstrado, Soveral destaca que esses racionais projetos não são a condição suficiente para a apropriação do Ser pelos sujeitos. O que lhes garantirá superar definitivamente a tendência para o Nada, será a abertura aos valores e ao Bem. A ética encontra, assim, para o nosso autor, a sua dimensão ontológica. Eis as palavras do pensador português a respeito: “Os juízos evidentes nos revelam (ou) possibilitam a construção da racionalidade, ou seja, de todo um conjunto condicionante de formas que balizam a nossa ativa apropriação do Ser, mediante

uma atualização progressivamente mais rica; que, nessa atualização, a Razão, entendida como dinamismo entificador, relacionador e unificador do ser-para-si que é todo o sujeito joga com esse universo condicionador de formas, que é a Racionalidade, no sentido de obter um máximo de evidências. Esses racionais e razoáveis projetos de acção são a condição necessária para uma apropriação do Ser pelos sujeitos. Mas não são a condição suficiente. O que lhes irá garantir, em última instância, um sentido positivo, evitando que apontem para o Nada, será o fato de visarem os valores ou o Bem. Essa a indispensável função ontológica da Ética”.³⁴

A gnosiologia de Eduardo Soveral caracteriza-se, assim, pelo fato de ser uma ontognosiologia axiológica, fato que o aproxima dos culturalistas brasileiros, notadamente da feição assumida pela concepção ontognosiológica de Miguel Reale. Tanto para o autor português quanto para os culturalistas brasileiros destacando-se, além de Reale as figuras de Antônio Paim e Nelson Saldanha – as questões epistemológicas repousam no contexto aberto por Kant, que, a partir da rigorosa delimitação da perspectiva transcendental, abriu a Filosofia ocidental à denominada “metafísica do sujeito”, ou da tematização do “espaço humano”, que já tinha sido postulado por Pufendorf no século XVII. Em Soveral acontece a ontologização do formalismo kantiano, de modo análogo a como em Reale se perfaz essa mesma variável, a partir da crítica axiológica e histórica ao legado do pensador de Königsberg. A posição adotada pelo filósofo português não implica em uma volta pura e simples à metafísica dogmática criticada por Kant. “Ao contrário disto – frisa com propriedade Antônio Paim – Soveral está longe de encampar tudo quanto se fez em nome da preservação do realismo antigo no ciclo de predominância da escolástica”.³⁵

3) Questões metafísicas relacionadas com a teoria do conhecimento

Soveral destaca que a metafísica tradicional “articulada com a antiga física, verbalista e qualitativa”³⁶, perdeu legitimidade. Mas as ciências contemporâneas, carentes de base metafísica, pendem no abismo do niilismo. “Agora – frisa o pensador português – com o desaparecimento de uma substantiva matéria-energia, escancara-se o vórtice de um definitivo niilismo que ameaça sorver e nadificar todas as esperanças humanas. Daí que os cientistas contemporâneos tendem a assumir, no plano existencial, a posição dos mágicos, seus ancestrais”.³⁷

A quebra da metafísica ocorreu, nos dias que correm, como decorrência da atomização da ciência moderna e do seu fechamento na positividade. Esses fatos não só separaram a ciência da metafísica “autonomizando-a, como esvaziaram a própria metafísica de um autêntico conteúdo gnosiológico. Que lhe competia saber? Como poderia conhecer-se algo para além do que fosse positivo e observável?”³⁸

No sentir do pensador português, duas alternativas metafísicas se descortinam na meditação contemporânea. “Em última instância – frisa Soveral – haverá que concluir, em termos metafísicos, ou por uma primordial subjetividade inteligente, ou por uma objetividade irracional.”³⁹ O nosso pensador opta claramente pela primeira alternativa, recolhendo a rica tradição que, partindo na modernidade de Descartes, tentou, com Leibniz e Espinosa, formular uma metafísica condizente com as exigências da ciência moderna. Os metafísicos portugueses teriam dado continuidade a esse esforço teórico, em um contexto antipositivista e tendo inclusive incorporado o legado kantiano – bem que de forma parcial, sem levar “em consideração

nenhum fundamento gnosiológico antimetafísico da Crítica da razão *pura*” ou restringindo-se, quase sempre, “aos argumentos da dialética transcendental, que isolam do conjunto da obra”.⁴⁰

Parece-me que, ao recolher a tradição dos metafísicos portugueses, Eduardo Soveral se situa em uma posição próxima à adotada em Leonardo Coimbra, em cujo pensamento “houve (...) a expressa preocupação de libertar a ciência do construtivismo, do pragmatismo e do humanismo com que Galileo a tinha potencialmente marcado, e lhe cortavam o acesso à metafísica; e de retirá-la de um quadro epistemológico que aceitava a irracionalidade última do real dado na experiência empírica”.⁴¹

A posição de Soveral no terreno da teoria do conhecimento ancora, pois, em uma base definidamente metafísica. Mas não se trata, de forma alguma, da retomada das antigas metafísicas dogmáticas. A posição do nosso autor é assim definida por ele mesmo: a supremacia dada pelo positivismo à sociologia sobre as demais ciências, só pode ser criticada e superada no seio de uma “metafísica criacionista baseada no sujeito absoluto (é esta a nossa posição)”.⁴² Trata-se, a meu ver, de posição que se aproxima bastante da adotada pelos culturalistas, como já foi apontado, sobre tudo se se leva em consideração que o ponto de partida é uma ontognosiologia intersubjetiva. A respeito, escreve Soveral: “Esta (...) incursão nas zonas mais radicais da gnose permite-nos, pois, concluir que a solução para as aporias nela detectadas aponta para uma ontognosiologia, onde o conhecimento consista em uma comunicação intersubjetiva”.⁴³

4) Questões metodológicas relacionadas com a teoria do conhecimento

O nosso pensador destaca que seria ideal, no terreno das ciências humanas, poder realizar investigações sobre os problemas essenciais, deixando de lado questões acessórias. “Seria bom – frisa Soveral – poderem imitar-se aqui as aves de rapina, que vêm largo e só mergulham quando vale a pena”.⁴⁴ No entanto, a falta de apoio cartográfico de parte de universidades e centros de pesquisa, obriga os estudiosos – particularmente os que cultivam a história das ideias filosóficas – a se limitarem a “hipóteses sempre provisórias, descrições sempre incompletas, perspectivas sempre incipientes, explicações sempre insatisfatórias”.⁴⁵

Como avaliar, do ângulo filosófico, o que há de original e próprio em uma obra? Três critérios, no sentir do nosso autor, devem pautar essa indagação: em primeiro lugar, a “avaliação interna de sua coerência e fecundidade”; em segundo lugar, “o exame dos seus fundamentos e princípios, feito, necessariamente, a partir de perspectivas que lhes sejam exteriores, o que implica explicitar e justificar os parâmetros críticos em que o próprio estudioso se situa; em terceiro lugar, “repor (...) os problemas da (...) relação (da obra) com a história, com os condicionamentos sociais da época e com a personalidade do Autor”.⁴⁶

Consequente com a dimensão ontognosiológica, de tipo intersubjetivo, que Soveral atribui à sua teoria do conhecimento, o método filosófico deverá partir da análise da estrutura cognitiva do sujeito para indagar a questão da verdade e do erro, à luz de um critério gnóstico radical, ligado ao conhecimento do estatuto ôntico do cogito e dos fenômenos. A respeito, o nosso autor escreve: “efetivamente há, em princípio, entre todo o método cognitivo e o objeto a conhecer, uma

mútua relação de conveniência. Ora, sendo o método da Filosofia, por essência, indeterminado, segue-se que as características do seu método haverão de procurar-se, apenas, no sujeito do conhecimento. Por outras palavras: enquanto as ciências se definem pelos seus objetos particulares (ou por uma epistemologia genérica e por um objeto também globalmente determinável no seu amplo conjunto), a Filosofia só irá definir-se pelo seu método; e este terá de decorrer das estruturas cognitivas do sujeito do conhecimento e visar uma distinção genérica da verdade e do erro ou, se preferirmos, a fixação e a fidelidade a um critério gnósico radical”.⁴⁷

O critério gnósico radical ao qual o nosso autor faz referência é a dimensão ôntica do conhecer, que Soveral vincula a uma segunda navegação, complementar da primeira navegação, introspectiva, de inspiração cartesiana ou husserliana. A respeito, afirma: “o fato de termos iniciado as investigações gnósicas pela via cartesiana da razão, ou pela via husserliana da experiência, não nos obrigará, respectivamente, ao primeiro ou ao segundo termo daquela opção metafísica. Desde que o itinerário metódico escolhido seja levado ao limite, é possível e legítima uma segunda navegação de sentido inverso, que aprofunda dialeticamente as exigências críticas do conhecimento, até que se considere fundada uma conclusão quanto ao estatuto ôntico do cogito e dos fenômenos”.⁴⁸

O nosso pensador, como foi destacado no início, reconhece a validade das quatro formas que a Filosofia moderna desenvolveu, no intuito de explicar o conhecimento: a cartesiana, a espinosana, a kantiana e a husserliana. No entanto, ele considera que estas vias, metódicas por excelência, precisam de um ponto de chegada: a formulação do estatuto ôntico do cogito e dos fenômenos. Chegado a este ponto, o método filosófico projetar-se-á no conhecimento das realidades

metafísicas. Eis as suas palavras a respeito: “Uma vez atingida esta conclusão, o método filosófico sofrerá significativas mudanças. Não se limitará mais a fundamentar o conhecimento científico, nem a proceder a investigações transcendentais. Mas passará a ter como objetivo o conhecimento das realidades metafísicas, devendo adequar-se, conseqüentemente, a esse novo propósito”.⁴⁹

5) Mediação epistêmica da cultura luso-brasileira e metodologia para o estudo da história das ideias filosóficas

O nosso autor confere grande valor epistêmico à tarefa do historiador das ideias. A sua contribuição é fundamental, segundo Soveral, tanto no terreno da docência, quanto no da informação. Cabe a ele revelar, aos homens da sua época, as descobertas dos filósofos no plano do desvelamento do ser, colocando-as no contexto da cultura onde historicamente está situado. Essa observação é endereçada pelo nosso autor, de forma especial, aos “portugueses e os brasileiros que tardam a convencer-se que só a través da mediação da sua cultura terão acesso e poderão participar positivamente no saber universal. Infelizmente para a nossa inapetência por trabalhos programados e feitos em colaboração, e para uma insegurança provinciana que predispõe à subalternização relativamente às grandes culturas estrangeiras, não basta importar, traduzir e imitar. (Assim como, para evitar essa dependência, não basta ignorar.)”⁵⁰

É difícil, no sentir do nosso autor, definir o estatuto epistemológico desse viabilizador de mediações culturais, o historiador das ideias. A sua função deve ser criativa, como a do filósofo. A propósito, afirma: “Qualquer obra cultural autêntica manifesta sempre algo de novo, que é afinal aquilo que verdadeiramente interessa captar a sublinhar. Para isso é necessário que o intérprete assuma a posição do filósofo, quan-

do se tratar da obra filosófica, tal como a do pintor, quando se tratar de pintura etc. E a dificuldade consiste precisamente em determinar as características próprias desse filosofar marginal, de circunstância e por obra alheia, que é próprio do crítico, desse filosofar de quem não se apresenta como filósofo. Da mesma forma que será difícil, mais ainda, caracterizar a posição e a actividade, quase paradoxais, de um pintor que não pinta.”⁵¹

Se é difícil definir o estatuto epistemológico do historiador das ideias, é fácil, contudo, identificar o vício que pode comprometer, de vez, o seu trabalho: a má-fé, o preconceito e a paixão ideológica. A respeito, escreve o nosso autor: “Nada mais ingênuo do que supor que a ingerência grosseiramente repressiva das censuras oficiais esgota as formas de atentar, no plano da vida social da cultura, contra a liberdade de espírito; mais graves serão a má-fé, o preconceito e a paixão ideológica que, além de inquietarem, como é óbvio, a acção dos intérpretes, comentadores e divulgadores, contribuem, conscientemente ou não, para manter em estado generalizado de ignorância, único que permite, impunemente, tais violências.”⁵²

Vale a pena destacar a originalidade da teoria do conhecimento de Eduardo Soveral, que partindo da assimilação crítica das formas de fundamentação do conhecimento legadas pela Filosofia moderna, soube aproveitar delas (inspirando-se em uma abordagem fenomenológica) os aspectos metodológicos condizentes com a afirmação dos conhecimentos metafísicos, em um contexto que supera qualquer dogmatismo e que se insere plenamente na modernidade, ao abarcar a ideia de experiência (à luz da Filosofia lockeana) e projetando, de outro lado, o conhecimento no mundo da vida, ao assinalar-lhe o necessário fundamento ôntico-antropológico que o caracteriza radicalmente e ao abri-lo (sob a inspiração de Leonardo Coimbra) à con-

cepção criacionista da moral. De singular acuidade é a revalorização, por Soveral, do juízo tautológico como paradigma do conhecimento (porquanto explicitador da base ôntica apontada), retomando, nesse ponto, a posição do autor do Ensaio sobre o entendimento humano, obra da qual Soveral realizou, aliás, impecável tradução na língua portuguesa.

Concluamos destacando os pontos essenciais da metodologia que Soveral indica para o estudo da história das ideias filosóficas, no contexto das Filosofias nacionais. Sete itens são por ele assinalados: a) a determinação de problemas ou filosofemas; b) o estudo das formações históricas desses filosofemas; c) a análise do desenvolvimento lógico historicamente dado às soluções desses filosofemas; d) a consideração do desenvolvimento histórico dado à vigência dessas soluções nos vários contextos sociais; e) a explicitação das novidades que implicou a formulação de novos filosofemas e/ou a reformulação de filosofemas já existentes; f) a explicação das articulações lógicas que determinaram os novos filosofemas ou a sua reformulação; g) a determinação da vigência dos novos filosofemas e/ou suas modificações. Referindo-se ao primeiro item, frisa Soveral: “a determinação de filosofemas, ou seja, de problemas que, equacionados a partir das interrogações mais amplas e radicais que se abrem ao espírito do homem, exige soluções inteligíveis e exaustivamente fundamentadas”.⁵⁴

O ponto de partida da metodologia apresentada pelo pensador português coincide, em essência, com o método assinalado pelos culturalistas brasileiros (Reale e Paim) para o estudo da história das ideias filosóficas. Trata-se de não prejudicar acerca da Filosofia de determinado autor, mas de ouvi-lo, tratando de entender a problemática que pretendia resolver.

Bibliografia de Eduardo Abranches De Soveral

A situação de Amorim Viana (1822-1901) na história da Filosofia portuguesa. Porto: Revista da Faculdade de Letras, 1990.

Educação e cultura. Lisboa: Instituto Superior de Novas profissões, 1993.

Ensaios filosóficos 1978-1992. (Antologia de ensaios de E. Soveral organizada por Antônio Paim). Vitória, 1992.

Ensaios filosóficos: meditação heideggeriana, o que é afinal compreender? O real e o possível. Porto: ELCLA Editora, 1995.

Ensaio sobre a sexualidade e outros estudos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002.

Ensaios sobre ética. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

Fenomenologia e metafísica. Porto: Faculdade de Letras/Centro Leonardo Coimbra, 1997.

Imaginação e finitude e outros ensaios. (Prefácio de Antônio Braz Teixeira). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.

Meditação heideggeriana. Porto: Faculdade de Letras, 1993.

Modernidade e contemporaneidade. Porto: ELCLA Editora, 1995. Ensaio publicado também in: Leonardo Prota (organizador). Anais do 3º encontro Nacional de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira. Londrina: UEL/CEFIL, 1994, vol. I, p. 117-184.

O método fenomenológico: estudo para a determinação de seu valor filosófico. I – O valor do método para a Filosofia. Porto: Universidade do Porto, 1965 (Tese de doutorado em Filosofia).

O pensamento de António Sérgio – Síntese interpretativa e crítica. Porto: Granito Editores e Livreiros, 2000.

Pascal, filósofo cristão. 1ª edição. Porto: Tavares Martins, 1968. 2ª edição, Porto: ELCLA Editora, 1995.

Pedagogia para a Era Tecnológica. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2001.

Pensamento luso-brasileiro. Estudos e ensaios. Lisboa: Instituto Superior de Novas Profissões, 1996.

Sobre a racionalidade, a ética e o ser. Porto: Revista da Faculdade de Letras, 1989.

Bibliografia sobre Eduardo Abranches de Soveral

FRAGA, Gustavo de. “Soveral (Eduardo Silvério Abranches de)”. In: *Lógos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, vol. IV, 1992, p. 1272-1275.

LARA, Tiago Adão. “A metafísica em Eduardo Soveral: o Absoluto como fundamento da moral, alicerçada na religião”. In: Leonardo Prota (organizador). *Anais do 3º Encontro Nacional de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira*. Londrina: UEL/CEFIL, 1994, vol. I, p. 37-53.

PAIM, Antônio. “A Filosofia da cultura de Eduardo Soveral”. In:

Revista Brasileira de Filosofia. São Paulo, vol. 40, no. 165 (janeiro/março 1992).

PAIM, Antônio. “A Filosofia portuguesa contemporânea: Eduardo Soveral”. In: Antônio Paim, *As Filosofias nacionais*, Londrina: UEL, 1997, p. 126-149.

PAIM, Antônio. “Introdução à obra filosófica de Eduardo Soveral”. In: Leonardo Prota (organizador). *Anais do 3º Encontro Nacional de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira*. Londrina: UEL/CEFIL, 1994, vol. I, p. 15-35.

RIOS, José Arthur. “Soveral: Notas para um estudo”. In: Leonardo Prota (organizador). *Anais do 3º Encontro de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira*. Londrina: UEL/CEFIL, 1994, vol. I, p. 107-116.

SILVA, Marilúze Ferreira de Andrade e. “A epistemologia em Eduardo Soveral: relação entre natureza e verdade e a carência do estatuto ontológico para a ciência”. In: Leonardo Prota (organizador). *Anais do 3º Encontro Nacional de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira*. Londrina: UEL/CEFIL, 1994, vol. I, p. 75-81.

TEIXEIRA, António Braz. “As posições filosóficas de Eduardo Abranches de Soveral”. Prólogo à obra de Eduardo Abranches de Soveral, *Imaginação e finitude e outros ensaios*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999, p. 7-20.

VÉLEZ Rodríguez, Ricardo. “A epistemologia em Eduardo Soveral”. In: Leonardo Prota (organizador). *Anais do 3º Encontro Nacional de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira*. Londrina: UEL/CEFIL, 1994, vol. I, p. 55-74.

ZANCANARO, Antônio Frederico. “O estatuto ético-jurídico da sociedade: a proposta de democracia cristã em Eduardo Soveral”. In: Leonardo Prota (organizador). *Anais do 3º Encontro Nacional de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira*. Londrina: UEL/CEFIL, 1994, vol. I, p. 91-105.

ZANCANARO, Lourenço e Maria Christina de Oliveira Espínola. “Filosofia da história em Eduardo Soveral”. In: Leonardo Prota (organizador). *Anais do 3º Encontro Nacional de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira*. Londrina: UEL/CEFIL, 1994, vol. I, p. 83-90.

[Este trabalho foi originariamente escrito para o 3º. Encontro Nacional de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira. O texto do mesmo serviu de base para a apresentação da obra de Eduardo Soveral no Projeto Ensayo, da Universidade de Geórgia].

Notas

1 Gustavo de Fraga. “Soveral (Eduardo Silvério Abranches de)”. In: *Lógos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, vol. 4, 1992: p. 1273.

2 Gustavo de Fraga. “Soveral (Eduardo Silvério Abranches de)”. In: *Lógos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, ob. cit., ibid.

3 Gustavo de Fraga. “Soveral (Eduardo Silvério Abranches de)”. In: *Lógos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, ob. cit., p. 1274.

4 Eduardo Abranches de Soveral. *Pascal, filósofo cristão*. 1. edição, Porto:

Tavares Martins, 1968; 2. edição, Porto: ELCLA Editora, 1995.

5 A respeito dessa tradução, Antônio Paim (no trabalho intitulado “Introdução à obra filosófica de Eduardo Soveral”, In: *Anais do 3º Encontro Nacional dos Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira*, editados por Leonardo Prota. Londrina: CEFIL/UEL, 1994, V.1, p. 33), esclarece: “A publicação dessa tradução acabou interdita pelos governos saídos do movimento de 25 de abril de 1974. A radicalização nessa matéria chegou a tal ponto que o estudo da Filosofia, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, foi limitado a Lenine, não se poupando sequer a Hegel. De modo que as discriminações em relação a Locke não devem provocar nenhum espanto. Soveral entretanto soube tirar partido do seu convívio com o filósofo inglês, com vistas à mencionada tradução, como se pode observar do magnífico ensaio intitulado ‘O problema das influências de Locke e de Hume em Kant (*Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, abril/junho, 1977).”

6 Antônio Paim. “Introdução à obra filosófica de Eduardo Soveral”. In: Leonardo Prota (editor), *Anais do 3º Encontro Nacional dos Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira*, Londrina: CEFIL/UEL, 1994, vol. 1, p. 15-16.

7 Leonardo Prota (organizador). *Anais do 3º Encontro Nacional dos Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira*. Londrina: UEL/CEFIL, 1994, vol. I.

8 Antônio Paim. “Introdução à obra filosófica de Eduardo Soveral”. Ensaio citado, p. 16.

9 Soveral. “A vocação pedagógica da Filosofia”. In: *Humanidades*, Brasília, I, no. 3 (1983): p. 91

10 Eduardo Abranches de Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”. In: *Ensaaios filosóficos 1978-1992*. (Organização e apresentação de Antônio Paim). Vitória: 1992, p. 20. A fim de facilitar o trabalho nas citações que farei, nesse estudo, dos ensaios de Soveral, tenho feito uma numeração sequencial da obra preparada por Paim, que não aparece nessa. A paginação, portanto, abarca todos os ensaios compilados, não sendo levada em consideração a paginação original de cada ensaio.

11 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”. Ensaio citado. In: *Ensaaios filosóficos 1978-1992*. Ob. cit., p. 26

12 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”. Ensaio citado. In: *Ensaaios filosóficos 1978-1992*. Ob. cit., p. 4

13 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”. Ensaio citado. In: *Ensaaios filosóficos 1978-1992*. Ob. cit., p. 5.

14 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”. Ensaio citado. In: *Ensaaios filosóficos 1978-1992*. ob. cit., ibid.

15 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”. Ensaio citado. In: *Ensaaios filosóficos 1978-1992*. Ob. cit., p. 47.

16 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”. Ensaio citado. In: *Ensaaios filosóficos 1978-1992*. Ob. cit., p. 47.

17 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”. Ensaio citado. In: *Ensaaios filosóficos 1978-1992*. Ob. cit., p. 47-48.

18 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”. Ensaio citado. In: *Ensaaios filosóficos 1978-1992*. Ob. cit., p. 48.

19 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”. Ensaio citado. In: *Ensaaios filosóficos 1978-1992*. Ob. cit., p. 47.

20 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”. Ensaio citado. In: *Ensaaios filosóficos 1978-1992*. Ob. cit., p. 48.

21 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”. Ensaio citado. In: *Ensaaios filosóficos 1978-1992*. Ob. cit., p. 49.

22 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”. Ensaio citado. In: *Ensaaios filosóficos 1978-1992*. Ob. cit., *ibid.*

23 Soveral. “Sobre a racionalidade, a ética e o ser”. In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit., p. 76.

24 Soveral. “Sobre a racionalidade, a ética e o ser”. In: *Ensaaios filosóficos*. Ob. cit., p. 78.

25 Soveral. “Sobre a racionalidade, a ética e o ser”. In: *Ensaaios filosóficos*. Ob. cit., *ibid.*

26 Soveral. “Sobre a racionalidade, a ética e o ser”. In: *Ensaaios filosóficos*. Ob. cit., p. 81.

27 Soveral. “Sobre a racionalidade, a ética e o ser”. In: *Ensaaios filosóficos*. Ob. cit., p. 83.

28 Soveral. “Sobre a racionalidade, a ética e o ser”. In: *Ensaaios filosóficos*. Ob. cit., p. 84.

29 Soveral. “Sobre a racionalidade, a ética e o ser”. In: *Ensaaios filosóficos*. Ob. cit., *ibid.*

30 Soveral. “Sobre a racionalidade, a ética e o ser”. In: *Ensaaios filosóficos*.

ficos, Ob. cit., p. 85.

31 Soveral. “Sobre a racionalidade, a ética e o ser”. In: *Ensaaios filosóficos*. Ob. cit., p. 86.

32 Soveral. “Sobre a racionalidade, a ética e o ser”. In: *Ensaaios filosóficos*. Ob. cit., p. 87.

33 Soveral. “Sobre a racionalidade, a ética e o ser”. In: *Ensaaios filosóficos*, ob. cit., *ibid.* No seu ensaio de 1971, intitulado “Nota sobre o humanismo e a técnica”, publicado In: Eduardo Soveral, *Ensaaios sobre ética*, Lisboa: Casa da Moeda, 1993, p. 21-26, o nosso autor coloca a questão do saber técnico no contexto, mais largo, da sua ideia de humanismo, por ele definida nos seguintes termos: “é uma posição antropológica que atribui ao homem, quer no domínio do conhecimento, quer no domínio da acção, um papel fundamental. Daí, como se compreende, que seja nos planos da Gnosiologia e da Ética que o Humanismo se afirma de forma mais terminante – nem se entenderia uma Ética ou uma Gnosiologia que não fossem humanistas, nesse sentido essencial” (p. 24).

34 Soveral. “Sobre a racionalidade, a ética e o ser”. In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit., p. 24.

35 Antônio Paim. “A Filosofia da cultura de Eduardo Soveral”. In: *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo, vol. 40, n. 165 (1992): p. 37.

36 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”. In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit., p. 12.

37 Soveral. “Sobre a racionalidade, a ética e o ser”. In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit., p. 93.

- 38 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”.
In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit., p. 13.
- 39 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”.
In *Ensaaios filosóficos*. ob. cit., p. 29.
- 40 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”.
In: *Ensaaios filosóficos*, ob. cit.. p. 14.
- 41 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”.
In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit.. ibid.
- 42 Soveral. “Sobre a racionalidade, a ética e o ser”. In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit, p. 93.
- 43 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”.
In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit., p. 25.
- 44 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”.
In: *Ensaaios filosóficos*, ob. cit., p. 3
- 45 Soveral. “Notas histórias e filosóficas sobre o conhecimento”. In:
Ensaaios filosóficos. ob. cit., p. 4.
- 46 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”.
In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit., p. 5.
- 47 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”.
In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit., p. 21.
- 48 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”.
In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit., p. 29.
- 49 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”.

In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit., ibid.

50 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”.

In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit., p. 4.

51 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”.

In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit., ibid..

52 Soveral. “Notas históricas e filosóficas sobre o conhecimento”.

In: *Ensaaios filosóficos*. ob. cit., p. 4-5.

53 Parece-me que Soveral se inspira na enunciação que Locke faz do princípio de identidade, colocando-o como base do conhecimento. A respeito, o filósofo inglês escreve: “El primer acto de la mente, cuando tiene algunos sentimientos o algunas ideas, consiste en percibir las ideas que tiene, y, en la medida en que las percibe, consiste en conocer qué sea cada una de ellas, y de esa manera en percibir, también, sus diferencias, y que la una no es la outra. Esto es tan absolutamente necesario, que sin ello no podría haber conocimiento (...) Y aún cuando los hombres del arte (los lógicos) han reducido eso a aquellas reglas de que lo que es, es, y que es imposible que la misma cosa sea y no sea, a fin de poder aplicarlas con prontitud a todos los casos en que se ofrezca la ocasión de reflexionar sobre el asunto, es seguro, sin embargo, que esa facultad se ejercita primero sobre ideas particulares. Tan pronto como un hombre adquiere las ideas de blanco y de redondo sabe infaliblemente que son precisamente las ideas que son (...). Y no hay en el mundo ninguna proposición o máxima que pueda hacérselo conocer más clara o ciertamente de lo que ya lo conocía, sin auxilio de ninguna regla general. Tal, pues, es el primer acuerdo o desacuerdo que la mente percibe respecto a sus ideas; lo cual siempre lo percibe a primera vista (...)” (Locke. *Ensayo sobre el entendimiento humano*, traducción de E. O’Gormann, México:

Fondo de Cultura Económica, primeira edição em espanhol, 1956, p. 523-524 – libro IV: Del conocimiento, capítulo I: Del conocimiento en general, parágrafo 4, De la identidad o de la diversidad.)

54 Soveral. “Epistemologia da história: o caso particular de uma história nacional das ideias”. In: *Presença filosófica*, Rio de Janeiro, v. V, n. 3 (julho/setembro de 1979): p. 63.

Oliveira Vianna, este Desconhecido

Nelson Mello e Souza

I

Não será impreciso afirmar que a tese implícita no título de *Corre da visão crítica dominante no contexto intelectual que vem marcando os modernos estudos sobre a formação do Brasil. Especialmente desde o após Segunda Guerra Mundial.*

O pensamento que se firma nesse meado de século consolida uma inflexão de esquerda, provocando frequentes choques ideológicos. Todo um período de confrontos tem início, dando contornos definidos à década de 1950 e condensando-se nos anos 1960. Domina o cotidiano das universidades e estimula núcleos dinâmicos de ações contestadoras do *establishment*. No Brasil provoca reações autoritárias e no resto do Ocidente funciona como estopim de crises superpostas. Culmina nas revoltas estudantis de 1968, manifestação coletiva dos

jovens dos dois lados do Atlântico, em defesa da “contracultura”. Como parte do movimento, milhares se reúnem em 1969 para comemorar entre cantos, amor livre e *slogans* anticapitalistas, o “Dia da Terra”, em um grande festival de utopias desatreladas.

Oliveira Vianna não podia ser bem apreciado por este tipo de visão de mundo. Sua obra nada tem de esquerda nem de acento dissidente. Pelo contrário, é forte seu tom conservador. No que se refere ao Brasil, foco exclusivo de seu pensamento, via nosso imaginário político do Império como exemplo de pragmatismo. Desde a independência, quando assumimos o comando de nosso destino, seguimos por todo o século XIX na contramão do tumulto revolucionário europeu. Permanecemos alheios às crises sociais de 1848 e das turbulências vividas pela consolidação do capitalismo norte-americano.

Oliveira Vianna nos interpretava como sociedade cuja transformação social e política havia sido conduzida, historicamente, fora do paradigma revolucionário. Sustentava ter sido nossa característica um processo gradual de ajustes, “sem derrame de sangue, sem sublevação das massas, sem lutas patentes”. Sua obra não via o desenvolvimento do Brasil tendo, como base de seu dinamismo, a luta de classes. Tese que o colocava em confronto com o pensamento de esquerda. Para ele, lutas sempre existiram em nossa história. E continuavam a existir. Mas sempre girando em torno da conquista do poder dentro da mesma classe social.

As razões lhes pareciam claras. Não lograva perceber em nossa realidade objetiva mais que uma burguesia ganglionar, de surgimento historicamente tardio. Quanto ao proletariado, a contraface sociológica necessária da evolução burguesa, teria de surgir igualmente atrasado, politicamente submisso e quantitativamente mofino. Para

ele, a revolução brasileira, se assim pudesse ser considerado nosso processo transformativo, estava sendo liderada pelo Estado.

A partir dessas posições sua obra o colocava à deriva do clima intelectual da época considerada mais acima. Toda época tem suas certezas. Certezas que passam a funcionar como verdades axiomáticas. Geram hábitos da mente; caracterizam a dinâmica de uma geração. Ao desafía-las, Oliveira Vianna autocondenou-se.

Sua obra nunca foi, no entanto, um exemplo de acomodação. Mas o destinatário de sua crítica não foi o mundo político e sim o intelectual. Oliveira Vianna partiu de uma crítica aos intérpretes da cultura brasileira seus contemporâneos. Não aceitava que uma realidade complexa e *sui generis*, como a brasileira, pudesse ser bem entendida valendo-se o intérprete, para tanto, não de pesquisas originais e de fatos estudados, mas do apoio de nomes consagrados, citados com desvelo, tratando suas obras com respeito reverencial e submissão dogmática.

Não nos parece que a posição, em defesa da objetividade científica, dirigia-se aos defensores do marxismo. Mesmo porque em fins dos anos 1910, início do após Primeira Guerra, os marxistas eram pouco numerosos, não dominavam nossa inteligência, sendo ainda irrelevantes no Brasil. O mais indicado, até mesmo por lá estar metido em suas obras, era aceitar que Oliveira Vianna dirigia seu combate ao evolucionismo de perfil positivista e darwinista. Para ele as teorias de Comte e o darwinismo social de Spencer influíam, de modo nítido, na orientação de nossos pensadores. O confronto com o marxismo estava distante de sua perspectiva quando formulou suas teses principais. Chega até a admitir que a sociologia só seria ciência seguindo o trajeto teórico proposto pelos estudos sociais iniciados por Le Play.

Não menciona a obra de Marx nenhuma vez, mas refere-se com enorme respeito, à modelística norte-americana. Escapar da biblioteca e mergulhar na realidade era o que se fazia na tendência monográfica que começava a ganhar corpo nos Estados Unidos. E era o método de trabalho por ele defendido para as ciências sociais.

Felizmente para todos, essa linha fragmentadora do contexto, defendida por ele, não foi a que adotou. Ao nos oferecer sua análise da realidade brasileira sempre norteou-se pela busca de nossa verdade cultural, chegando às grandes sínteses interpretativas da vida coletiva e seus valores. Sem essa abordagem não teria sido um grande autor. Nada teria construído a não ser um estranho caleidoscópio no qual fatos desconexos não permitiriam aos leitores se posicionar ante um todo integrado. O desmembramento do corpo social como método para o logro de significações viáveis abre espaços à perplexidade.

Lamentamos apenas que Oliveira Vianna não tenha sustentado, na aplicação de seu método indutivo e sintético, a luta consistente contra o dogmatismo. A consistência não parece haver sido o seu forte. Sua rejeição às teorias estrangeiras, formuladas sem levar em conta o contexto brasileiro, foi seguida de modo ambivalente. O fato prejudicou sua aceitação até mesmo pelos que se dispunham a estudar sua contribuição de modo ideologicamente neutro. Afinal, se o importante era a nossa verdade e essa verdade teríamos de buscá-la em nós mesmos, descobrindo-a no estudo objetivo de nossa história, o “racismo” deveria ser equacionado a partir dessa premissa. Não havia por que, em uma era em que a ciência antropológica avançava, demolindo a tese do diferencial intelectual e criativo das raças, principalmente a visão decorrente das psicologias diferenciais, fosse essa posição teórica entendida por ele como verdade axiomática. A ponto

de defender, como exemplo do mais puro “arianismo”, a energia do desbravador paulista.

A história, especialmente a formulada por Taunay, mais adiante por Capistrano de Abreu e Sergio Buarque de Holanda, nos revelou que os homens das monções eram os mamelucos que aqui foram surgindo desde os primeiros tempos. Descendiam dos vários “João Ramalho” que chegaram a essas terras difíceis como náufragos, degredados ou simples aventureiros. Mais adiante nas levas dos primeiros colonos. Europeus que passaram a se acasalar com as nativas. Seus filhos mestiços colaboraram com o poder colonial para a consolidação da ordem em uma região carente dela. As “bandeiras” no rumo do interior desconhecido, foi o resultado do esforço audacioso desses primeiros conhecedores dos idiomas aqui falados, das trilhas a serem melhor percorridas e do ambiente tropical que atormentava o recém-chegado. Nada tinham de “arianos”.

II

Em 1913, véspera da Primeira Guerra Mundial, Oliveira Vianna entrava nos 30 anos de idade. Nesse período da vida, acelerou seu ritmo de estudos. Ao fim da guerra, em 1918, já se considerava um intelectual moderno, dedicando-se a atualizar o pensamento brasileiro. Para melhor cumprir essa tarefa passou a demolir, como inepto, o determinismo evolucionista até então dominante nesse pensamento. Foram sobre essa tarefa de atualização as primeiras páginas do seu *Evolução do povo brasileiro*, escrito nesse período e publicado nos anos de 1920.

Não obstante, ao manter a perspectiva racial, não se mostrou tão moderno assim. Sucumbiu ao mesmo tipo de pensamento que de-

nunciava como desatualizado. A tese racista era tão antiga, aceita e profunda entre nós que recuava no tempo bem mais até que o evolucionismo comtiano. Dominara o pensamento do brasileiro e atingira o estatuto de um dogma. Tanto que Euclides da Cunha, tão elogiado pelas gerações posteriores, defendia essas posições como verdades evidentes por si mesmas. Silvio Romero, igualmente respeitado como intelectual, desfechou contra Manoel Bomfim, 25 artigos irados em defesa da psicologia diferencial das raças. O grande poeta Bilac nela se baseou para escrever seu soneto sobre as três raças tristes, posição que também Paulo Prado consagrou no seu *Retrato do Brasil*. Até no moderno e científico Gilberto Freyre nos é possível notar pequenos deslizos racistas como as qualificações de “sangue nobre” e de “sangue infiel” que transitam no texto de *Casa grande e senzala*.

Desde a colônia, a ideia ganhara evidência de verdade científica. Tornou-se dominante, penetrando até mesmo nossa psicologia popular, onde os mestiços que a aceitavam docilmente, eram majoritários.

No período de consolidação intelectual de Oliveira Vianna, os anos 1910, a visão e o entendimento científico do diferencial criativo das raças seguiam ainda os ensinamentos de Arthur de Gobineau. Gobineau, aristocrata francês, fora embaixador no Brasil no II Império, amigo e confidente de Pedro II. Escreveu um clássico da literatura sociológica, o *Desigualdades das raças humanas*, livro que inspirou pouco adiante a obra de Houston Stewart Chamberlain, um dos mestres do nazismo, embora sendo inglês. Na mesma linha de Gobineau eram lidos e apreciados os textos de autores racistas particularmente respeitados como Lapouge, Le Bon e Gumpowicz. Todos defendiam a mesma tese do diferencial psicológico e criativo das raças. No Brasil de Oliveira Vianna a posição teórica era aceita sem restrições, referendando com a força da ciência, o sentimento secular de desprezo

e completa indiferença pela sorte do índio e principalmente do negro. Afinal, era uma tese que se ajustava muito bem aos princípios legitimadores de uma sociedade preadora de índios e escravizadora dos negros.

Oliveira Vianna, bem mais adiante, ainda fez um esforço para reconsiderar suas posições nos anos 1940. Tentou justificar sua revisão no livro as *Instituições políticas brasileiras*. Nele afirma: “separo-me dos antropossociologistas alemães e franceses... que explicam a civilização pela raça – o que é um erro, o erro de todo monocausalismo”.

Não foi convincente. Nem levado a sério em sua conversão. O que parece haver recusado, na verdade, foi o “monocausalismo”. Seguiu em suas obras sem ser explícito sobre o problema de base, o de haver um diferencial cientificamente comprovado no potencial criativo das raças. Ao que tudo indica, esse ponto não foi por ele contestado. Oliveira Vianna continuou a aceitá-lo como base de seu “arianismo”, entendendo-o como fator de influência.

Junto a outros fatores, o elemento racial, para ele, contribuía, em dinâmica entreteçada, para a formação dos povos e os avanços da civilização. Mesmo nessa obra tardia continua afirmando que, sob o ponto de vista dos sistemas políticos, só a “humanidade ariana desde o neolítico conhece a democracia”.

Em seu último trabalho, sobre a formação social do capitalismo brasileiro, já com suas reflexões bastante amadurecidas, insiste na tipologia social do capitalista que representa “três tipos de temperamento e de inteligência... *que não são culturais e sim biológicos?*” de tal modo que certas “afinidades psicológicas” ajustam-se melhor que outras ao estilo do homem de empresa (grifo meu)

Era tão firme sua posição a respeito que mesmo ante evidências expostas no dramático diferencial de tipos e etnias que compunham a herança dos portugueses, anotadas por ele mesmo e exemplificadas pela mistura de celtas, godos, romanos, gregos, fenícios, semitas, normandos, borguinhões, como formadores do tipo étnico português, insistia na tipologia única. Mais complicado ainda foi listar os aborígenes da região. Suas diversas etnias foram cuidadosamente enumeradas e até reproduzidas por Oliveira Vianna em gravuras para exibir as diferenças. O mesmo foi feito quanto aos negros que nos chegavam pelos veleiros do tráfico, mais diferenciados ainda. Todo esse conjunto de diferenças está registrado no seu *A evolução do povo brasileiro*. Não obstante, insiste em sermos a resultante étnica de “três raças”. Simplifica o imenso diferencial existente em termos de cor da pele, somente a cor da pele, já que os outros traços apresentavam desigualdades evidentes. Três raças apenas, os “brancos, os negros e os indígenas”. Ao conceituar desse modo o imenso diferencial étnico constatado, reduz o desigual concreto a um igual abstrato. No fundo, adota a posição dos apologetas da simplificação esquemática, organizada para louvar o predomínio do tipo ariano, louro dolicocefalo nas conquistas da civilização. Essa evidente obsessão pelo “arianismo” ele nunca a perdeu.

É viável, portanto, concluir que sua posição ante o fenômeno das “raças” pode haver sido atenuada nos trabalhos dos anos 1940, mas não foi abandonada, muito menos explicitamente rejeitada.

Não obstante, desperta curiosidade ver o tratamento diferencial dado pela crítica. O fenômeno começa a ser tornar evidente a partir dos anos 1950 quando Oliveira Vianna já nem podia mais defender-se, pois desaparecera em 1951. Os críticos passaram a tratar autores que se assemelhavam em suas posições, ditas “científicas”, na avaliação

do potencial diferenciado das raças, de modo desigual. No caso de Oliveira Vianna não se procedeu a nenhuma redução sociológica de época. Não houve um mínimo de esforço compreensivo. Mais evidente ainda foi a apoteótica aceitação da obra de Gilberto Freyre que também nos fala em “brancos, negros e índios”, além do já referido “sangue nobre”. Algo deve explicar esse tratamento diferenciado que os anos 1950 e 1960 inauguraram no que se refere à crítica de Oliveira Vianna. Parece que, por alguma razão metafísica, somente em sua obra o racismo assumiu conotações e ressonâncias quase demoníacas. Todos sustentavam o mesmo em relação às raças, todos se achavam “modernos” e “científicos” ao sustentá-lo, mas só Oliveira Vianna foi condenado como “racista” e retrógrado.

Para sermos corretos na avaliação do período brasileiro em que Oliveira Vianna começou a refinar seu pensamento, os anos de 1910, de “moderno” pouco se via nele. E menos ainda na inteligência brasileira. Tratava-se de uma pretensão sem base real. Éramos culturalmente indigentes, fenômeno evidenciado por nossa clara defasagem em relação aos avanços do pensamento científico e filosófico no mundo. Seguíamos imitadores do que já não se considerava válido. No que se refere à arte e à literatura o período ainda tentava ajustar-se de modo mais realista aos tempos, correr atrás das novidades, sendo o “modernismo” que acabou chegando com a exposição de Anita Malfatti e a agitação de Oswald de Andrade, um movimento de ruptura estimulado pelo desejo de nos aproximar do que de mais atual se fazia e produzia na “civilização”. Atitude mimética que acabou sendo alterada com o tempo, na década seguinte. A partir da negação da simetria mimética, tentou-se uma inflexão teórica autêntica, tanto na música quanto na literatura e nas artes plásticas, defendendo-se modos, formas e temas brasileiros.

Quanto à ciência social, no entanto, não se via isso e sim evidências de estarmos bem longe disso. Nossos intelectuais ainda privilegiavam a obra de Comte, que continuava a ser uma espécie de “nosso guia”, Spencer e seu darwinismo social, Taine, Vidal de La Blache, Le Play, Buckle, Renan, Gobineau, Haeckel, Ratzel, autores do século XIX. Tudo envolvido pela predominância de linhas deterministas. Justificava-se, portanto, com as devidas ressalvas, a postura crítica de Oliveira Vianna contra a ciência social de seu tempo. Alguns outros nomes surgiam aqui e ali para abrilhantar citações. Era algum italiano pouco conhecido e um ou outro filósofo alemão do século XIX, além da grande novidade de se citar, nos debates da rua do Ouvidor, um pobre Nietzsche cuja complexa Filosofia vinha reduzida pela inteligência brasileira, ao “eterno retorno” e à “vontade de poder”.

O Brasil, a despeito de todas as facilidades de acompanhamento dos tempos, seguia estranho e alheio às inovações filosóficas, administrativas e psicológicas que surgiam em resposta à aceleração industrial do Ocidente. Acima de tudo distante do que se realizava nas ciências sociais.

Aparentemente a época ainda desconhecia os trabalhos de antropólogos do próprio século XIX, como Maine, Morgan, Franz Boas, apresentado aos brasileiros apenas nos anos de 1930, por Gilberto Freyre, Edward Tylor, o proponente não só do termo “cultura”, a ser usado na acepção antropológica, senão também da importância cultural das conexões históricas. Não se vê referências a nenhum deles. Ignorava os avanços da sociologia da escola de Émile Durkheim, os trabalhos pioneiros de Lorenz Von Stein, os de Georg Simmel, de Giddings. Não parece haver lido sequer a história da sociologia tal como restrita por Albion Small, a seu desenvolvimento de Spencer a Ratzenhofer. Desconhecia as polêmicas do importante filósofo da

cultura Wilhelm Dilthey sobre a importância de um método próprio para a abordagem do fenômeno social, de Bouglé sobre a essência da sociologia, bem como a contribuição do idealismo de Henry Bergson. Mais importante que tudo, não demonstrava conhecer as sutilezas filosóficas da obra de Karl Marx.

O atraso brasileiro era alarmante nesses anos 1910 e 1920, embora normal em um país sem universidade, sem estímulo para produção intelectual própria. O uso do conceito de cultura continuou sujeito a sérias ambivalências até bem avançado os anos 1930, quando a preferência ainda era pelo termo “civilização”. Consultando as boas obras deste período mais avançado ainda vamos ver que falava-se em “civilização brasileira”, não em “cultura brasileira”. Continuavam a ignorar a diferença fundamental entre os dois conceitos, explícito no fato de toda civilização ser uma cultura mas nem toda cultura atingir o estágio de uma civilização.

Por tudo isso, considerar diferente e sujeito a críticas o que era comum e merecedor de louvores, nos parece posicionamento restritivo da intelectualidade do após Segunda Guerra em relação à obra de Oliveira Vianna.

O fato deve ser equacionado em perspectiva ideológica. A ideologia é fenômeno formador das mentes. Decisivo divisor de águas, orientador de premissas. Os desacordos ideológicos, geram emoções complicadas, vaidades ofendidas, jogo de interesses e rancores nem sempre inocentes. Nada se faz, no campo da análise social, sem que gere consequências para o nome e a respeitabilidade intelectual de cada um.

No fundo, nossas obsessões são nossos deuses. O *daimon* socrático. E todos os deuses exigem oferendas. Oliveira Vianna desenvolveu

sua curiosa teoria das raças como oferenda aos deuses da ciência que cultivava. Não o fez sozinho, como o vimos. Mas a consequência foi penosa. Acabou gerando uma atitude de descaso em relação à sua obra. Pouco a pouco Oliveira Vianna tornou-se um ilustre desconhecido na esfera universitária.

Por tudo isso parece razoável propor uma síntese do seu pensamento sobre o Brasil mostrando haver sido ele, na verdade, um dos pioneiros no desenvolvimento da perspectiva socioantropológica de nossa formação como povo. Abstraído o fenômeno “raça”, sua ênfase nos valores, costumes, práticas de trabalho e de vida, além da fecunda análise de modelos institucionais transplantados situaram a compreensão do processo formativo da cultura brasileira em um patamar diferenciado em relação à tendência interpretativa do período.

III

Devido à inegável originalidade de suas teses no Brasil dos anos 1910 e 1920 admitimos que o julgamento unilateral da posteridade deveu-se a pelo menos três fatores que influíram para a relativa negação de sua importância como sociólogo. O já referido ideário racista, sem dúvida. Este foi talvez o principal, mas não se pode negligenciar o fato de Oliveira Vianna haver se colocado em linha de colisão com as teses do marxismo simplificado que dominava nossas universidades no pós Segunda Guerra, além de sua mal compreendida defesa do Estado centralizado e forte.

A combinação dos três levou ao menosprezo de sua obra como cientificamente pouco relevante. Consequentemente, o pós guerra veio a inclinar-se para aceitar a proposta de Antonio Candido, resumida por Carlos Guilherme Mota em *Ideologia da cultura brasileira*: a de ser na

década de 1930 que surgiu a vertente sociológica nos estudos sobre a formação do Brasil.

Nesta forma de ver tudo começa com a obra pioneira de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sergio Buarque de Holanda. O que se produziu antes foi negligenciado. Como Oliveira Vianna, pertencia a um passado considerado cientificamente inepto para o conhecimento do Brasil, sua obra não podia ser considerada.

As gerações que foram surgindo legitimaram a posição teórica. O fenômeno não ficou restrito à intelectualidade formada pela USP. Também no Rio de Janeiro o chamado “Grupo de Itatiaia” não entendia de outra forma o início da preocupação sociológica com a formação do Brasil.

Fixar o início das reflexões sistemáticas nos anos 1930, anos em que o grande confronto ideológico mundial vinha atingindo proporções de tragédia coletiva, pode ser politicamente correto mas é historicamente impreciso. No fundo era a vitória da ideologia sobre a ciência. Se não se logra desenhar o mapa do mundo sem nele colocar a ilha da utopia a época parecia validar essa poderosa antevisão de Oscar Wilde.

O estímulo à reflexões sobre o Brasil veio a reboque dos choques políticos dos anos 1950 que Oliveira Vianna não presenciou já que desaparecera, como o notamos, em 1951.

Das convicções sobre o que seria ou não moderno ou científico firmou-se a certeza de que nelas não seria possível acomodar a obra de um pensador que não se ajustava à metodologia científica aprovada.

Oliveira Vianna não pode merecer este tipo de reprovação. Procurou

em seu trabalho ser claro no uso das fontes embora sem a precisão que caracterizou a produção científica dos novos tempos. Se este foi o critério para fixar nos anos 1930 o início da inclinação sociológica para estudar o Brasil, temos de rejeitá-lo como expressão de um formalismo inaceitável.

No fundo este corte no tempo não representava a nossa verdade e sim expressão da consciência ideológica acima referida.

O que a história de nosso pensamento registra é ser o perfil sociológico para a compreensão do Brasil, inflexão intelectual que pode ser vista desde fins do século XIX. Nesse período, com a chamada geração dos anos 1870, liderada por Tobias Barreto e sua virtual “Escola do Recife”, torna-se visível uma preocupação de rompimento com a tradição idealista do romantismo literário.

A geração seguinte, a qual, de certa forma pertence Oliveira Vianna, nascido em 1883, já traz com ela, no embalo do cientificismo do século XIX, as feições de um contexto em que a Era da Indústria surgia como realidade perturbadora. Indústria é resultado da tecnologia e essa da ciência aplicada. O mundo vivia a mudança de um paradigma agrário para outro de perfil industrial. As monarquias perdiam seu carisma e sua respeitabilidade secular. A guerra de 1914-1918, fenômeno que na verdade fecha o século XIX, decreta o fim de três Casas Reais históricas, a dos Hohenzolern, dos Habsburgos e dos Romanoff. A revolução das artes se acelera, com profundas repercussões no Brasil. O socialismo, que desde os anos 1870, pelo menos na Europa já vinha avançando bastante, finalmente chega ao poder na Rússia, formando o primeiro Estado socialista em 1917. Altera-se o papel da mulher e até a higiene pessoal sofre profundas alterações passando-se a questionar como dramaticamente inadequado o comportamento

que adotava o costume de dois banhos por ano, tal como descrito por Pierre Bouchardon no seu trabalho *Souvenirs*. Por outro lado, pode-se dizer que desde o fim do século obras de saneamento e melhoria urbana tornam-se comuns. Os tempos já haviam decretado o fim da escuridão urbana. A iluminação a gaz, posteriormente a elétrica, trazem para as cidades a efusão da luz. Era a grande revolução da modernidade. Nada lhe escapa. Artes, costumes, modas em atropelo, formas contestadoras de pensamento e ação.

No Brasil houve repercussões claras, o que levou a intelectualidade de ponta a ler e reproduzir autores deste século de ebulições. Mesmo defasados significavam um avanço, ante nossas condições. No fundo, desde fins do século XIX é possível notar um corte epistemológico pela preferência e valorização do pensamento que se considerava “científico”.

Por outro lado algo novo surgia pouco a pouco. Colocou-se, como objeto de reflexão, a questão da identidade nacional através de posturas que deixavam bem longe o romantismo vazio de um índio abstrato como matriz de nossa especificidade como povo. Não era mais considerado “científico” insistir nessa tese consagrada pelo Império. Na mesma linha iniciou-se um debate questionando-se o consagrado mimetismo em relação à Europa, o que tornava problemático, segundo Silvio Romero, falarmos de uma literatura “brasileira”. Era o chamado “parisismo”, imitação de francês, como o denomina este crítico mal humorado. Avolumam-se as denúncias sobre o caráter falso que se embutia no processo de transplante das ideias, gostos, comportamentos, modos de pensar e escrever, até de instituições europeias. Gilberto Amado dá inúmeros exemplos dessa falsidade e Brito Broca em seu estudo sobre a formação de nosso imaginário,

dedica todo um capítulo ao “parisismo” entendido como disposição ontológica de nosso ser social.

Pode-se, portanto, prestar melhor reverência à verdade dos fatos se considerarmos haver sido com essa geração *fin de siècle* e não nos anos 1830, que se deu o início à meditação preocupada com o processo de formação do Brasil e sua cultura.

Tanto parece correta essa hipótese de trabalho que um de seus mais conhecidos representantes é percebido pelo Brasil de hoje, cerca de um século depois do seu desaparecimento, como o mais influente e importante escritor brasileiro. Referimo-nos a Euclides da Cunha. *Os sertões* foi assim considerado em pesquisa recente, proposta por uma revista de grande circulação. A razão apontada para a preferência foi a de haver Euclides inaugurado uma nova forma de ver o Brasil como sociedade dual, olhando para as formações culturais e autênticas de nosso sertão. Comparou-as com a crosta civilizada do litoral. Essa crosta conteria algo de falso, que pouco tinha a ver com as condições reais do Brasil. Ela nos chegava “emalada, a bordo de transatlânticos”, no dizer do próprio Euclides. Era inautêntica em relação à nossa verdade sociológica.

Tratava-se de uma forma de pensar o Brasil cuja característica era a busca da identidade básica de nosso povo. Silvio Romero, especialmente no primeiro volume de sua *História da literatura brasileira*, escrito na década dos 1890, como também em seu *Brasil social* e nos seus *Cantos e contos* parte em sua procura. Não se pode descuidar dos esforços de pesquisa do nosso folclore com Celso de Magalhães, além de Simões Lopes Neto e Afonso Arinos. O primeiro tentou fixar o perfil psicossocial do gaúcho e Afonso Arinos, reunindo seus contos regionalistas em *Pelo sertão* tentou revelar a alma desse

Brasil profundo, ignorada pelos habitantes urbanos do litoral. Tudo na linha de uma pesquisa de fatos, falas, costumes, formas de ser e de pensar que caracterizavam o Brasil autêntico. Divulga-se o estudo das formas de vida das classes de menor renda bem como dos tipos e costumes do Norte e do Nordeste com a obra pioneira de nossos realistas e de nossos regionalistas, Aloísio de Azevedo, Inglês de Souza e Franklin Távora, entre outros. Buscava-se, com afimco e obstinação, traçar para o talento artístico e científico, o objetivo de entender a nossa realidade, como o texto de Machado de Assis sobre o espírito de nacionalidade o indica.

No mesmo ano de *Os sertões*, também em 1902, estréia Graça Aranha com o estudo da realidade de descaso de uma terra que poderia ser “Canaã” e acabava sendo apenas uma versão da pobreza real de um povo esquecido.

Em 1905 é publicada a versão sociológica dessa tendência literária. Surge com Manoel Bomfim em seu estudo sobre a formação colonial da América pelo poder peninsular. Foi pioneiro do processo formativo de nossas sociedades. Denominou-o *América Latina, males de origem*. Nessa obra são analisadas, pela primeira vez, as consequências do processo de formação de nossas sociedades dentro do modelo mercantilista imposto pelo colonizador ibérico. Com o *Brasil Nação* o autor dá melhor acabamento a sua proposta de um País distorcido pelas imposições objetivas do processo que o fez como é. Na obra de Alberto Torres essa forma de abordagem histórica, cuja orientação sociológica é a dominante, tem seguimento importante. Especialmente no *O Problema nacional brasileiro*. Nessa obra já são plenamente visíveis as linhas de um pensar sociologicamente orientado com vistas a uma análise da formação brasileira.

Não pretendemos ser exaustivos. Apenas indicar que fixar nos anos 30 o início da interpretação do processo formador do Brasil carece de base objetiva. Parece fora de sintonia com a realidade histórica.

IV

Tendo em Alberto Torres seu mestre e em Silvio Romero, seu exemplo metodológico, Oliveira Vianna deu concreção mais objetiva a todo este esforço inicial, produzindo uma obra extensa. Começou em fins dos anos 1910. Em 1918 inicia o *Populações Meridionais* e *O Idealismo na Constituição*, publicados em 1920. Prossegue com *Evolução do povo brasileiro* e *o ocaso do Império*. Depois do interregno político em que se envolve nos assuntos relativos ao preparo da legislação trabalhista de Vargas retoma a linha de suas publicações com *Fundamentos sociais do Estado*, *Instituições políticas brasileiras* e seu quase esquecido estudo sobre a formação do capitalismo brasileiro, *História social da economia capitalista no Brasil*, obra que só veio a ser publicada postumamente e quase 40 anos depois de escrita.

Seu princípio-guia foi a análise do problema das instituições políticas de modo a buscar sua melhor adequação a uma sociedade como a brasileira. Por isto foi acusado de defensor do governo forte, do autoritarismo em política.

A postura teórica de Oliveira Vianna refletia sua visão do processo de formação do Brasil.

Seu suposto autoritarismo decorre da má leitura de seu texto. Sendo um defensor da democracia como a meta política mais adequada para todos os povos, origem da vida social desde as aldeias tribais do passado, sua posição quanto à realidade brasileira foi inteiramente distorcida.

O crítico Wanderley Guilherme dos Santos e o filósofo Antonio Paim ressaltam este aspecto. Concordam em denominar o “autoritarismo” de Oliveira Vianna de “instrumental”. Analisaram o tema no contexto da obra, não a partir de trechos isolados. Assim procedendo esclareceram suas teses sobre um governo “forte” e centralizado. Ao olhar de ambas elas decorriam da forma como Oliveira Vianna entendia a formação da sociedade brasileira. A partir dela considerava necessário um interregno político centralizador para darmos o salto de rompimento na direção de uma sociedade urbano-industrial. As táticas adequadas a um governo modernizante pareciam aconselháveis para garantir o poder de coesão capaz de organizar as forças econômicas e políticas de modo a superar, tanto o atraso material do Brasil quanto o de nossa consciência coletiva.

Segundo Oliveira Vianna, especialmente no seu *O ocaso do império*, a herança social que trazíamos do passado Imperial e escravocrata transformava as massas, “incultas na sua quase totalidade e dispersas nas matas” em fator inócuo como “centros de idealidade política”. Não lhes era possível admirar o valor da democracia, nem compreendê-la, elas que sempre haviam vivido sob o jugo autocrático dos poderosos locais. “Era natural pois, que as formas democráticas e republicanas de governo estivessem fora de sua idealidade e do seu entusiasmo”.

No seu *Fundamentos sociais do Estado* procurou destacar a influência deformadora das condições do povo sobre a execução das Cartas políticas, cartas que nos chegavam de modo artificial, por imitação e empréstimo de ideias estrangeiras. Éramos um povo sem a experiência de autogoverno, sem consciência burguesa. Seu modo de nos ver sublinhava a vida de acordo com as nossas tradições, costumes, modos e visões de mundo próprias de nossa formação.

Por isso nos diz em *Instituições políticas brasileiras* que “nenhuma das inovações liberais ou ditas liberais tiveram aqui êxito real”. Aceitando o ornamentalismo de nossas instituições como a verdade, tudo o que fazíamos era nos autoenganar. Nossa democracia, especialmente a do Império e da Primeira República, era nada mais que forma vazia, adotada retoricamente. A formação do poder no Brasil tivera origem clânica, porque clânica fora nossa formação social. Usava-se um poder de perfil caudilhesco, concentrado na vontade, na dinâmica e nos interesses da elite dominante.

É quase óbvio que o autor dessas teses não podia ser um defensor do autoritarismo e sim um realista que admitia a importância estratégica de um interregno autoritário. É possível concordar ou não com a tese, mas não é adequado deformar seu pensamento.

Oliveira Vianna repudiava o traço iluminista de um idealismo insensato. Ele o deixa patente no seu trabalho sobre o tema, o *Idealismo na Constituição*. Dessa forma, para que fizesse algum sentido em termos de nossa herança, hábitos e costumes um governo centralizador, capaz de usar como indução de investimentos os recursos do Estado, com poderes para conter a voracidade dos grupos políticos envolvidos na luta partidária, seria a fórmula mais adequada para se conduzir a modernização do País.

Bem sabemos, pelo menos desde as propostas de Merleau-Ponty, que as percepções vêm carregadas de sentimentos *a priori*. E a evidência deste sentir não está fundada em nenhum testemunho neutro da consciência. É ideológica, portanto carregada do sentido que lhe damos. Os conceitos com os quais trabalhamos para ordenar a captação deste sentido sintetizam redes de conexões subjetivas cuja origem é difícil de precisar. Giramos em torno de nós mesmos e nossa forma de ler

está presa a preferências de maneira demasiado estreita para nos permitir avaliar suas fontes de deformação. Não pretendo realizar aqui este trabalho. Apenas chamar a atenção para o problema. Porque ele me parece bastante nítido na avaliação predominante sobre o valor da obra de Oliveira Vianna.

V

Os pontos a notar e que me parecem justificar sua importância como um pioneiro nos estudos da formação brasileira podem ser resumidos da seguinte maneira:

a) Oliveira Vianna denunciou a tendência à imitação, o “parisismo” que via surgir em nosso comportamento social como síndrome do complexo de inferioridade do brasileiro em relação ao europeu, especialmente o inglês e o francês. Mais recentemente, a partir da república na virada do século, incorporamos o modelo norte-americano. Dele surgiu nossa Constituição de 1891. Sublinhar o “complexo de inferioridade” é contribuição importante para entender nosso comportamento ante nós mesmos e os outros. Sendo um dado de nossa cultura o havê-lo ressaltado pode ser visto como válido.

Não se pode entender a “imitação”, atitude decorrente deste complexo, como perversa em si mesmo. Oliveira Vianna não o faz. As contribuições de Gabriel Tarde, que pareciam familiares a ele, sublinham o valor da imitação, entre outras coisas como base sustentadora do processo de “difusão cultural”. Dessa forma a imitação seria não só prática universal senão também decisiva para a vida das culturas. Os inventos e descobertas, desde o caso da roda e do uso do fogo, propagaram-se graças a essa inclinação humana para imitar o que lhe

parece útil, belo e bom. A imitação é também forma importante de se ordenar comportamentos, dando-se coesão à sociedade e previsibilidade às ações e reações, ponto forte da obra de Tarde.

Ela é, no entanto, perigosamente deformante quando um povo inteiro se dispõe a transplantar de modo acrítico, modos, modas, processos e formas de ser que não se ajustam à sua história, à sua realidade climática e social, a seus costumes, crenças coletivas e instituições sociais. Nesse caso a imitação é alienante. Não traz em seu bojo elementos de praticidade e avanço e sim caricaturas de forma, gosto, modas, como as rendas, saias, pufes, mangas compridas, setins e veludos pesados de nossas damas ao tempo da infância de Oliveira Vianna, dos fraques pretos, casacas, cartolas, luvas e polainas de lã que nossos elegantes usavam no calor carioca de 40 graus. Não seria este o vestuário adequado aos trópicos. Foi essa imitação que condenou. Resultava de uma atitude aceita por todos, a de nosso apequenamento ante os europeus. Não seria afirmação de identidade e sim do complexo de inferioridade.

Nessa linha afasta-se do dito de Joaquim Nabuco sobre estar a civilização “do outro lado do Atlântico”. Para Oliveira Vianna o que havíamos construído era válido, autêntico, mas teria de ser plenamente adaptado a nossas circunstâncias. Por isso criticou Rui Barbosa. Para ele Rui era um preocupado em seguir modelos estrangeiros, tinha em sua imensa biblioteca poucos textos sobre o Brasil, copiava leis e constituições que não se ajustavam a nossa realidade enquanto Alberto Torres, sem a retórica retumbante de Rui, sem o brilho de sua inteligência, voltava-se para o estudo de nossa realidade e dela tirava suas conclusões.

O que chamou de complexo de inferioridade nos levou “a ser um

povo de transplantações”. A transplantação mimética teria causado o formalismo adaptativo já que as soluções transplantadas não se ajustavam a nossas particularidades específicas. Tudo se fazia para uso externo, falsidade aceita como verdade. No fundo, para uso interno, as coisas se arranjavam de outra forma. O dito que surgiu ao tempo da Regência, o “para inglês ver”, continha a autenticidade das ações plasmadas em nossa precária possibilidade de realizá-las de acordo com a lei escrita. Tudo acabava sendo feito, mas a nosso modo, mantendo-se a aparência da qual não podíamos abrir mão. Sob pena de não “sermos civilizados” aos olhos estrangeiros.

b) Rejeitou como pouco relevante para entendermos a formação do Brasil a dinâmica da luta de classes. Seu perfil de análise da realidade histórica do Brasil inclinava-se bem mais para o modelo proposto por Pareto, autor que aliás não conhecia e por isso não cita nem uma vez. Vilfredo Pareto, como Gaetano Mosca, foram seus contemporâneos. Viam na história um cemitério de aristocracias e a luta política, ou como um conflito entre as antigas realezas, ou como a dinâmica do poder que se exercia dentro da classe aristocrática. Para os dois italianos a luta de classes tivera papel praticamente nulo no desenvolvimento histórico da humanidade, sendo o carisma das elites e o jogo de seus interesses o elemento que dinamizava ações e reações. Um tipo de luta inexistente por milênios não era nem poderia haver sido o centro dinâmico da história. O modelo que Oliveira Vianna propunha era similar. Percebia nossa dinâmica política, desde a colônia, como bem mais ajustada à compreensão dos processos de conflitos “intraclasses” que das lutas “entreclasses”.

Para ele como os engenhos se formaram, desde logo, como sociedades complexas, permanecendo ilhados uns dos outros, constituíam centros autônomos de poder. Dentro desse centro a disponibilidade

existencial da massa sempre foi alarmante. A busca de proteção e trabalho colocava essa massa em posição de total subserviência. Jamais de contestação. Foi uma característica básica de nossa organização colonial. Entrou pelo Império adentro. Perdurou praticamente até o fim do século XIX, seguindo pouco adiante com as fazendas de café da Primeira República.

Desde o início os poderosos usaram essa disponibilidade para criarem exércitos particulares de cabras, jagunços, colonos, dependentes, dentro de um complexo de perfil feudal, abrindo entre eles e a massa servil, uma “distância social” imensa. O conceito de “distância social” vinha sendo desenvolvido pela sociologia contemporânea de Mc Iver, Park e Bogardus. Não era conhecido de Oliveira Vianna, mas foi usado, sem o nome, de modo intuitivo, para definir o tipo de relacionamento que caracterizava nossa realidade social. A obediência e o servilismo foram legitimados pelos costumes, fazendo com que as lealdades se tornassem compactas em torno do Senhor das Terras. Nas disputas pelo poder público local, nas vendetas familiares por honra ofendida ou nas disputas de terras por fronteiras mal traçadas estes senhores do Mando lutavam entre si até a morte, criando os núcleos políticos que se aglutinavam para disputar posições, controle da justiça e do orçamento. Conflito sempre travado entre o patriciado rural. Dele participava o povo apenas como força de defesa dos interesses do Chefe. Destarte, falar de luta de classes no Brasil não lhe parecia adequado a nossa realidade secular. Ela sempre teve outro perfil onde traços “feudais e clânicos”, no seu dizer, surgiam de modo claro a qualquer observador atento.

c) Definiu a visão aristocrática do trabalho predominante em nossa formação como um sério impedimento ao impulso industrial que o mundo vivia ao tempo da consolidação do Império. Por essa razão,

ligada a valores mais do que a estruturas socioeconômicas, nosso processo industrial, começado na verdade com a vinda da Corte, foi tumultuado. Não seguiu linha evolutiva “sombartiana”, como procura definir com base na obra de Werner Sombart. Este conhecido autor aponta sérias diferenças na dinâmica e nos valores do capitalismo industrial emergente desde fins do século XIX. O capitalismo das grandes corporações e da retenção de lucros para fins de investimentos maciços em pesquisa. Sombart era um de seus autores preferidos. As estatísticas industriais do período Imperial mostram como estávamos longe desses valores. Não soubemos sequer canalizar de modo dinâmico os capitais que se tornaram ociosos com a extinção do tráfico decretada pela Lei Euzébio de Queiroz. Tudo se esfumou na busca de fortuna rápida pela via do jogo especulativo.

Desde a montagem do regime de trabalho escravo para o desenvolvimento econômico das sesmarias, portanto desde nossa origem, o trabalho era concebido, pela classe dirigente como o de direção, da inserção na burocracia do Estado, na política, advocacia ou guerra. O trabalho agrícola, artesanal, mesmo o comercial, era desqualificado, em alguns casos considerado indigno. O sentimento aristocrático de nossas elites estimulou a visão do trabalho como algo ignóbil. Lendo Machado de Assis vamos ver como essa ideologia era dominante. Seus personagens não trabalham. Vivem de rendas, sinecuras, empregos públicos, heranças, casamentos bem concebidos. Vivem de tudo menos de seu trabalho. O drama social do “empreguismo” brasileiro, entendido como um dos motivadores da luta pelo poder, deriva dessa postura social.

d) Oliveira Vianna sustenta que esses valores foram sendo gerados pelas relações sociais firmadas no “oikos”, formando o homem de clã e o aristocrata orgulhoso de seus títulos e de sua ociosidade.

O que denomina de economia de “oikos” reflete a realidade de autossustentância dos engenhos isolados pelas distâncias, em uma época de transporte precário, em lombos de mula, canoas vulneráveis e carros de boi a ranger sonolentos em trilhas inviáveis. Devido a essas condições estruturais, tudo se produzia localmente. Só se importava ferro, sal, armas e chumbo é o que se dizia. Tudo o mais surgia do esforço artesanal da massa de agregados, escravos e dependentes. O centrifugismo urbano e a precariedade do mercado interno decorriam dessa dialética de autossustentação interna do Engenho.

Os indivíduos viviam imersos em sua própria concepção do mundo, característica do que chamou de “clã fazendário”. Havia uma realidade de equilíbrio social e existencial que podia ser aplicada à análise tipológica de nossa personalidade básica. O homem do “oikos”, tanto o que vivia os seus papéis sociais a partir do polo de poder quanto os muitos que os viviam a partir do polo da dependência, articulavam-se entre si, em suas avaliações subjetivas, a partir dos laços sociais legitimados pela realidade objetiva. Pela comunicação simbólica da linguagem, desde o nascimento, o indivíduo formava-se a partir de verdades axiomáticas na dinâmica relacional construída pelo “clã fazendário”. O poder do senhor era aceito como autocrático e fatal. A noção de superioridade ontológica formava a personalidade senhorial, e consolidava a submissão igualmente ontológica do dependente sem alternativa de vida, aprisionado em sua humildade psicológica e social.

e) O conjunto dinâmico que emergia dessa realidade foi relacionado por Oliveira Vianna como a causa da debilidade no processo formativo de uma identidade nacional bem definida. O caráter localista e tópico dos centros produtivos, na grande síntese sociológica em que se transformavam em centros de ramificação social e pontos de

referência existencial, rarefez o conceito de “nação”. E danificou, de modo grave, a prática democrática. Por isso era comum a regionalização do conceito de pátria, falando-se em pátria paulista, mineira e pernambucana até bem tarde em nossa história. Como comum foi a prática dos currais eleitorais e votos de cabresto.

A dispersão espacial vulnerabiliza os humildes. Torna-os sujeitos à justiça dos poderosos sem direito a defesa pela inexistência de poder compensatório. As práticas autoritárias emergem para o cotidiano como decorrência da estrutura socioeconômica e se expande sobre os diversos aspectos de nosso protagonismo político. A unidade não se firma na consciência submetida ao isolamento, a organização de classe torna-se inviável e o pluriverso de significações orientadoras do comportamento das massas ordena as lealdades próprias.

Conclusão

A partir destes pontos parece viável justificar nossa tese sobre a importância relativa de sua obra no quadro dos melhores intérpretes de nossa cultura. E julgá-la mal percebida por muitos, levando ao desconhecimento relativo de suas posições teóricas.

Acredito que, a despeito de seus muitos equívocos, tanto conceituais quanto factuais, Oliveira Vianna segue sendo um sociólogo respeitável. Embora sintonizado com a época em que se formou, foi capaz de formular parâmetros teóricos válidos para a correta interpretação de nossa realidade.

Até hoje não seria nenhum exagero dizer que sua obra tem bom potencial hermenêutico para a adequada compreensão de fenômenos como empreguismo, patrimonialismo, ética da esperteza tópica e do

oportunismo tático, carência de interesse pelo trabalho de médio e longo prazo necessário à pesquisa básica, mas capaz de produzir tecnologias originais.

A preferência pelo empreguismo imediatista, usando recursos públicos, como base eleitoral, prática consolidada desde o Império, segue sendo um traço marcante de nossa realidade. Por outro lado, nossa industrialização foi historicamente orientada de modo pragmático, na direção de “indústrias de montagem”, capazes de produzir, com máquinas e *engineering* importados, produtos conhecidos e testados, plenamente aceitos pelo mercado, com demanda comprovada pela sociedade. Não se cuidou de indústrias de inovação, capazes de criar mercado pela oferta de produtos desconhecidos. Este aspecto, básico no “capitalismo sombartiano”, como ressalta no seu *História social da economia capitalista no Brasil*, abriria linha de ações baseadas na criação de mercados pelo lado da oferta e não de acordo à dinâmica da substituição de importações. Sem pesquisa, sem ciência, este tipo de capitalismo industrial torna-se inviável.

Sob o ponto de vista político, sua obra nos faz perceber como o assistencialismo e não o desenvolvimento das bases produtivas tem origem antiga. Segue sendo, ainda hoje, prática política prioritária, de bons resultados eleitorais. Tudo devido ao ressaltado em sua obra, a subserviência, dependência e miséria relativa de nosso povo. Fenômeno deformante da prática democrática, cuja compreensão segue sendo válida para entendermos melhor certos aspectos não só de nosso passado histórico senão também da moderna dinâmica política do Brasil.

Não obstante, convenhamos, não se pode sondar a profundidade quando flutuamos nas águas rasas da ideologia. A importância da

obra de Oliveira Vianna continuará a ser negada por aqueles que se recusam a vê-la. A distância entre uma obra empírica e a forma como ela se revela à nossa consciência é mediatizada por um longo processo de deformações não conscientes. Proust definiu a personalidade alheia como um produto de nossa imaginação. Não parece estar muito afastado das posições veementes que a crítica radical de Oliveira Vianna sustenta para demolir sua importância, dificultando seu conhecimento por parte das novas gerações.

Palestra pronunciada em 23 de junho de 2009

A Sociologia de Euclides da Cunha

José Arthur Rios
Sociólogo

Qualificar de sociológica a obra de Euclides da Cunha seria temeridade. Sem dúvida pertence, quando muito ao que se chamava, em seu tempo, ciência social, ou seja uma interpretação livre e intuitiva de fatos históricos e sociais, sem preocupações metodológicas, mas fortemente irrigada pela contribuição de várias ciências – geologia, geografia, mineralogia, botânica, ótica, fisiologia – e até do que se convencionava chamar, nesse crepúsculo do século XIX – sociologia.

Entre a reportagem – como provam as *Notas do Diário* que o precedeu, e o tratado científico, o livro adota o formato do ensaio – que vai ser o predominante na nossa literatura sociológica do século XX – mistura de arte e ciência, narração histórica e reflexão; mas não teria sido essa a trajetória de tantos pensadores sociais, de cultura mais acadêmica que científica – quando a universidade ainda não havia imposto à

nossa *intelligentsia* o duro espartilho disciplinar sobre as formas, muito à vontade, da intuição e da observação?

Arte ou ciência? A mesma perplexidade acometeria mais tarde os críticos de Gilberto Freyre, atônitos ante outra obra que, nas suas múltiplas facetas, escapa à classificação. Em Euclides a forma literária não rouba a verdade às descrições nem lhes tira objetividade, vide as páginas clássicas sobre o estouro da boiada, o retrato do sertanejo e toda a narração, de sabor épico, da tomada do arraial de Canudos. Todas mereceram o agasalho das antologias e a aflição dos ginasianos, revolvendo dicionários na decifração da linguagem rara.

Dessas páginas emergia uma realidade nova, insuspeita, – o sertão, vasta metáfora onde cabe o mundo, mais tarde retomada por Guimarães Rosa que iria transformá-lo em labirinto.

A época era positivista nas ideias, parnasiana na poesia, purista e barroca na prosa. Na poesia - Bilac, na prosa - Ruy. Quem diz parnasiano, diz escultura, diz medalha, alto relevo, mármore e bronze, sonoridades de metal. O sol da caatinga não permite atenuações de claro-escuro, jogos de luz e sombra, mas veemências de oratória; a Luta pede acústica de tribunas e comícios. Daí o livro ser oração, panfleto. Foi escrito por bacharel – no mais nobre sentido do termo – é libelo, é denúncia.

Mas denúncia de quê? Na época, do massacre. E também, até hoje, do abandono do povo miúdo do nosso interior, distante, então da rua do Ouvidor – hoje de Brasília –, entregue ao curandeiro, à garrafada, ao mestre-escola improvisado, à subcultura informal – e ao relho, à garrucha do capanga, à palmatória. Assim permaneceria até os anos 30, assim ainda os encontrei nos anos 50, em andanças sociológicas pelo interior.

Onde a ciência, onde a sociologia? No viés positivista e evolucionista do autor, na aderência de seu pensamento às ideias de Augusto Comte e de Herbert Spencer, padrinhos de sua formação intelectual. Era engenheiro, não se esqueça, e foi militar – de vocação e formação – até na rebeldia – sujeito às disciplinas da prancheta e da farda – que só despiu em assomo de protesto quando lhe falou mais alto o dever cívico e se julgou traído pelos superiores hierárquicos. E que voltaria a endossar, mais tarde, quando lhe foi reparado o erro.

O cunho positivista é sinal de nascença do que podemos chamar abusivamente sua sociologia, seus valores fundamentais, o culto do fato, sua mentalidade, o arcabouço de seu espírito. Formou-o na infância, órfão de pai, no Externato Aquino – dirigido pelos educadores declaradamente discípulos de Comte, depois na Escola Militar, nas aulas de Benjamin Constant, o Apóstolo, mais tarde na Escola Politécnica, e nas vigílias dos acampamentos.

A divisão do livro traz de pronto essa marca: a Terra, o Homem, a Luta. Ecos de outras trilogias, sobretudo do historiador, crítico literário e pensador francês Hipolite Taine. O meio, a raça, o momento histórico, eram os fatores que determinavam e esmagavam o pobre indivíduo humano. O livro abrange esses ilimitados domínios, é estuário de várias ciências – algumas entre aspas, como o mesmerismo, a frenologia –, reúne citações de seus mais altos representantes no século XIX – Buckle, Broca, Maudsley, Lyell – tudo haurido nos bancos da bem denominada Politécnica e em longas leituras.

O exemplo vinha de cima. Cobrir a vasta área do conhecimento de seu tempo fora a grande ambição de Augusto Comte, de sua classificação das ciências que pretendia abraçar todas elas – desde a astronomia até a sociologia – pelo critério da maior à menor abstração – ideal fáustico que viria a soçobrar no regaço místico de Mme. Clotilde de Vaux.

Tudo isso reponta no caudal de palavras que se chocam – às vezes, insistentes, se repetem –, recolhidas pelo filólogo e farmacêutico Pedro A. Pinto, mais recentemente em 3.000 notas densas, às vezes excessivas, até dispensáveis e escolares – pelo erudito paulista Leopoldo M. Bernucci.¹ O leitor ignaro devasta dicionários na penosa decifração de termos científicos – fotosfera, fâculas, eclética, cúmulos –, o sertanejo esse é isômero, vá lá saber.

A primeira parte desse livro estranho é lida como áspero tratado de geologia; a segunda como manual de antropologia à moda do tempo; a terceira como romance, epopeia.

As três partes, no entanto, se compenetraram, criam interfaces, mais cenários cambiantes que explicações articuladas. A terra hostil, plasma os modos do homem que por sua vez a martiriza pela queimada, pela agricultura nômade e destrutiva – tudo convergindo para a luta, cruel e inglória, na campanha que Euclides, logo na portada do livro, não hesita em estigmatizar como crime.

A caatinga afoga o homem, o sol é seu inimigo, traz o “cautério das secas”, mas – espanto! – o sertão é também o paraíso – quando decai a estiagem, a vegetação reverdece, flora e fauna se animam. São os “meses venturosos” em que o sertão é vale fértil, pomar vastíssimo, sem dono.

O homem faz o deserto, como faria o pomar e o jardim – frutos da civilização, mas se a terra veda ao homem o caminho da civilização? “O martírio do homem nasce do martírio secular da terra”.²

Nesse ponto o autor, pondo de parte isenções científicas, adota uma visão reformista – traça políticas – de irrigação, perfuração de poços, construção de açudes, e abertura de estradas, desvenda um Nordeste

que só começaria a existir 30 anos depois de sua morte. É o engenheiro que fala, o discípulo de Comte. Nenhuma palavra sobre a mudança das estruturas sociais. Trata-se de reforma, não revolução, no melhor sentido conservador da doutrina do Apostolado Positivista.

A ideia fundamental de Euclides, a que alimenta sua visão do mundo e da sociedade dos homens, deriva de um sociólogo, hoje praticamente esquecido até da memória implacável das enciclopédias.

Trata-se do polonês Ludovico Gumplowicz (1838-1909), ainda vivo ao tempo da publicação do livro de Euclides e muito lido no Brasil. Jurista, de origem judaica, absorveu as ideias de Darwin, sua teoria da luta pela vida, e mais o evolucionismo de Herbert Spencer. Desenganadamente, via a história da civilização, como permanente conflito, primeiro entre raças distintas, depois entre os Estados que as haviam amalgamado e, finalmente, no embate entre as diversas classes sociais.

Euclides leu certamente a obra de Gumplowicz na edição francesa.³ Leu-o e admirou-o. Cita-o duas vezes nos *Sertões*. Considerou-o maior que Hobbes, outro seduzido da ideia de conflito. Transcreve a frase de Gumplowicz sobre “a civilização como força motriz da história” qualificando-a de genial. Ora, para o polonês essa civilização resultava do “esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”. Essa teoria, como todos sabem, correu mundo, deu frutos venenosos e, em nosso Brasil, resultou na eugenia, no arianismo de Oliveira Vianna – do qual mais tarde, a bem da verdade, em boa hora o sociólogo fluminense se penitencia – e na exaltação totalitária do Dia da Raça, de boa memória.

Para Gumplowicz sociedade é fenômeno puramente natural, no sentido de ser mera decorrência da biologia. Foi um dos principais teóri-

cos da luta das raças que apontava na origem de todos os processos sociais. O que o douto, acatado polonês ensinava aos estudantes da Universidade de Graz, no reinado do Imperador Francisco José – e talvez ao som de valsas vienenses – é a subordinação da política à ciência, inspirado em seu tempo na *Origem das Espécies*, de Darwin, na seleção natural contra o chamado e malsinado creacionismo.

Esse o *pedigree* das ideias sociológicas de Euclides. Ora, no dizer de um cientista atual, “a visão de Gumpłowicz é de negação e violência totais, baseia-se inteiramente na luta, no assassinato, no domínio e na exploração do homem pelo homem”.

O racismo de Euclides não se deve confundir com preconceito – todo brasileiro nesse sentido é racista e xenófobo. Estrangeiro só de longe, nos filmes de mocinho e nas jingas do *funk*. O racismo de Euclides baseia-se em uma divisão fatal das raças superiores e inferiores, fortes e fracas, as primeiras esmagando as segundas. O que esperava é que a raça brasileira – seja lá o que isso fosse – viesse a entrar no grupo dos dominadores, não dos dominados.

De toda maneira, o autor de *Os Sertões* descobre no sociólogo polonês, profundas afinidades de pensamento: une-os essa teoria do conflito como mola do processo histórico, encarnado no choque das raças. Viria depois, como subproduto, a luta de classes.

A ideia parece inseparável da visão do mundo de Euclides, sua maneira de ver a história do Brasil e até o destino do País. Mais: é como sente a própria natureza, nele despida das harmonias com que a investiram Goethe, os românticos.

É percorrer com olhos de ler, toda a primeira parte do livro – *A Terra* – para perceber que para ele o princípio maior do cosmos não

é Eros, é Ares, não é o Amor, mas a Guerra...São parágrafos inteiros descrevendo, sempre em alta linguagem, o desapoderado embate dos elementos que geram paisagens tumultuadas, montanhas derruídas, rios lançados em torrentes caóticas e destrutivas.

A transmutação dos elementos – expressão tomada à alquimia muito cara aos Românticos e assaz usada por Euclides –, logo a transporta, na segunda parte, para a sociedade sertaneja.

Aí seu principal personagem interpretativo – é a Raça. Não é de admirar: esse conceito que ninguém se preocupava em definir, era ideia fixa na sociologia de raiz biológica e na antropologia física do século XIX, até bem avançado século XX. Ninguém cogitava em distinguir raças biológicas e raças históricas, dominavam a cor da pele e forma de crânio, contrastadas com as mutações do acontecer e as vicissitudes dos povos. Mas para muitos era o protagonista central da história, para Euclides o *leit motiv* da campanha de Canudos, o mágico por trás do cordel dos mamulengos.

Em uma segunda tomada, o conflito se encarna em dois tipos: os bárbaros – o homem interiorano, o sertanejo –, e os civilizados, os habitantes do litoral, ditosos moradores das capitais, os *flâneurs* de Walter Benjamin, o transeunte distraído da rua do Ouvidor.

O tema do choque da civilização e da barbárie logrou larga história, foi latino-americano, gerou na Argentina o *Facundo* (1845) do enorme Domingo Sarmiento. Bárbaro foi o índio, o mestiço, o japonês, entre nós ainda hoje o favelado, o imigrante, o sem-terra. Antinomia cara ao pensamento liberal retorna no nosso continente, na interpretação das sublevações populistas e indiáticas, ferramenta indispensável ao pensamento dos privilegiados, às elites e oligarquias, aos possidentes e bem pensantes. A reação a Canudos e a seu clássico, nesse ponto,

teve valor de antecipação.

O pensamento social do século XIX viveu e convalesce à sombra do tripé de Taine – meio, raça e momento histórico. Seu denominador comum é o determinismo, são as forças inelutáveis que presidem os destinos humanos, o meio físico, a hereditariedade, o atavismo, termo misterioso que torna e retorna no livro de Euclides.

Até que as ciências do homem começaram a reagir contra essas prepotências, a biologia, a geografia oportunamente chamada humana, a nova ciência social, a sociologia e a antropologia dita cultural todas sob o influxo de um novo humanismo, das mais diversas origens e, importante notar, de maior rigor no método científico, que veio substituir e superar antigas retóricas. Até Franz Boas, Herskowitz, Margaret Mead e Gilberto Freyre.

Euclides partiu dos mesmos princípios que alentavam o positivismo e o evolucionismo de seu tempo. Atenuou-lhes o determinismo, assentando que o meio físico não forma as raças, mas sua diversidade, cria sub-raças – o que é uma forma de esquivar, não de resolver o problema – assim como hoje se troca o termo raça por etnia. Sentadamente Euclides afirmou que “não há um tipo antropológico de brasileiro”,⁴ – o que há, isso sim, realidade gritante, é uma identidade brasileira, um tipo cultural brasileiro, acima dos localismos e regionalismos. A discriminação dos vários tipos de sertanejo viria mais tarde, com Gilberto Freyre, Diegues e Pierson.

Em outro passo, afirma que o brasileiro, como tal, é uma abstração. E o sertanejo não seria outra? Não seriam igualmente abstrações – o francês, o inglês, o alemão – para não falar nessa grande, às vezes incomoda abstração, que é o norte-americano? O sertanejo como se evidenciou mais tarde – era uma abstração. Seria erro de lógica nesse

professor de lógica do Pedro II?

Mas a dura pedra de tropeço para Euclides era – a mestiçagem. Escreveu, cortante: “A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial.” E, em outro momento, repete, enfático, que “a mestiçagem extremada é prejudicial”. Mas qual seria a dosagem ideal, onde traçar a linha divisória entre o suficiente e o extremo?

Em desafio à observação mais corriqueira foi mais longe: “o indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia exprimem estádios evolutivos que se fronteiam; e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estímulo à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De modo que o mestiço... é quase sempre um desequilibrado”. E cita algum sábio europeu, seu contemporâneo, que comparava os mestiços – aos histéricos incuráveis.

Bastava, no entanto, a Euclides lançar em torno um olhar distraído para vislumbrar eminentes histéricos e degenerados, entre alguns dos seus amigos – Machado de Assis, Lima Barreto, Rondon, Juliano Moreira. Só há caso igual, ainda que menos eminente – de desobservação ou cegueira científica, em outro contemporâneo: o positivista Alberto Torres. Em linguagem professoral talvez emparedado entre livros, sustentou que o mulato, por ser híbrido, era estéril. Será que nunca foi à rua, não viu um carnaval?⁵

Para Euclides, o mestiço é o intruso, rompe a harmonia da cadeia evolutiva. Em nome das leis do desenvolvimento das espécies, evidentemente invioláveis, – quem as teria promulgado? – não há como aproximá-lo do indo-europeu – “porque o homem é, antes de tudo uma integração de esforços da raça a que pertence e o seu cérebro uma herança”.

Eis que, de repente, surge o sertanejo. E o sertanejo, na frase lapidar, “é antes de tudo um forte”, o grande herói da epopeia de Canudos, e Euclides seu Carlyle.⁶

Como explicar essa reviravolta interpretativa – nessa sociologia que Nísia Trindade Lima, em lúcido ensaio, não hesitou em classificar de desconcertante? Apertado entre as teorias de seu tempo e sua vivência no sertão, na épica resistência de Canudos, Euclides limpa as lentes cientificistas, apura o olhar e salva-se da contradita por uma distinção entre o mestiço do litoral, das cidades – quem sabe da rua do Ouvidor – e o sertanejo, preservado pelo isolamento das pressões e corrupções da raça forte, mas decadente.

Ao sertanejo não recusa todas as idealizações. José de Alencar, ao pintar *Iracema*, ou o gaúcho dos Pampas não faria melhor. O cabra, o caboclo, o matuto, liberaram-no as vicissitudes históricas – vide Taine – que o mantiveram imune a uma “cultura de empréstimo”, às servidões e adaptações penosas a um estádio social superior e, ao mesmo tempo, às aberrações e vícios dos meios adiantados – ao que mais tarde outro sociólogo chamaria “cultura enlatada” – não sei se englobando nessa designação a penicilina, a cisão do átomo, a televisão, o avião supersônico, a conquista do cosmos.

Mas o jagunço, encourado, não enlatado, nos parece, na descrição do escritor mais uma encarnação do puro primitivo de Jean-Jacques Rousseau, isento das deturpações da decadência e da Queda, portanto, da civilização. Para Euclides, salvava-se – “retrógrado, mas não degenerado”.⁷

Um século decorrido, impossível subscrever a essa sociologia. Anotemos, sobretudo, o conceito equívoco de raça, ora designando o conjunto de características biológicas inatas, imunes à mudança, ora

um complexo cultural, sujeito a todas as mutações do tempo histórico. George Gusdorf, ao traçar a história das ciências humanas, pôde escrever da dificuldade de “uma história natural do homem que não seja ao mesmo tempo uma história cultural”.

E, acrescentou: “Entre os caracteres específicos do ser humano figura com efeito, a capacidade de escapar aos determinismos naturais e de constituir na natureza, uma nova ordem, regida por estruturas e princípios que o próprio homem inventou. A linguagem e o pensamento surgem, portanto, como fatores determinantes da instituição da vida social, cujo aparecimento introduz, entre os homens, novas diversidades, suscetíveis, por vezes, de repor em dúvida as características anteriores”.⁸

Afirmou Wilson Martins, no ensaio exemplar sobre *Os Sertões* que o cientificismo de Euclides era a ciência do seu tempo – Glycon de Paiva apontou-lhe os erros em matéria geológica.⁹ Muita água correu embaixo da ponte entre a sociologia do século XIX, que é, em boa parte, a de Euclides – e a nossa. Entre ele e nós – e ele não podia tê-lo previsto –, atravessa-se o fator cultura, a tradição, a história viva, que se superpõem, modificam, deturpam ou aprimoram o fundamento natural, a hereditariedade, até o corpo do homem. É o pé deformado da chinesa no Celeste Império, é o canal de irrigação do árabe da Península Ibérica, e do engenheiro americano na Califórnia, é a estrada, a ferrovia, a rodovia rompendo os sertões, é o trabalho constante da inteligência afeiçoando a técnica às necessidades do homem, alterando estruturas sociais e relações de poder.

Seria imperdoável anacronismo culpar Euclides por ter ignorado os avanços das ciências sociais no século XX, mas cabe advertir o leitor incauto do que possa haver de ultrapassado e obsoleto na obra

enorme.

Que fica então de Euclides sociólogo? O retrato implacável de uma realidade até então desconhecida, ou pior, embelezada; uma revelação, a par da crítica severíssima às instituições da República.

As descrições, antológicas, falam por si mesmas: a agonia do arraial de Canudos, a resistência heróica dos jagunços – ao cerco de exército de cinco mil homens, o bombardeio brutal atingindo mulheres e crianças, às cargas a baioneta e até a dinamite lançada entre os casebres de pau a pique – tudo à custa de perdas enormes para os assaltantes – narrações minuciosas feitas pelo escritor –, repórter, grifadas pela frase candente: “Canudos não se rendeu.” O quadro do desfile dos prisioneiros – todos velhos, feridos, estropiados, famintos, mulheres e crianças em farrapos – só têm igual nos “Desastres da Guerra” de Goya.

Inútil esclarecer: Euclides não pronunciava uma defesa, acusava. A acusação, veemente, está às vezes em um único adjetivo, por exemplo, na frase cortante: a degola dos prisioneiros era “infinitamente mais prática” ou então: “Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada”.¹⁰

O jagunço prisioneiro não pertencia à espécie humana. Como o sertão, estava além das leis, além da história. “A história não iria até ali.” O resistente de Canudos era o selvagem, o criminoso atávico, mais tarde o favelado, o marginal, o excluído – o outro. Contra este a pena de morte é pouco, era preciso exterminá-lo, assim como o espaço de Canudos, tinha de ser apagado – hoje submerso.

A crítica às instituições vem em uma frase de *Os Sertões*: “O atentado era público. Conhecia-o, em Monte Santo o principal representante

do governo, e silencia. Coonestava-o com indiferença culposa. Sobre o arraial caiu, armada até os dentes, a ‘multidão criminosa e paga para matar’¹¹ A opinião pública, pela imprensa, endossava o crime. Era o coro indispensável à tragédia. Emprestou-se aos fanáticos famintos e andrajosos, ainda que bem armados e municidados, – como até hoje grande enigma –, o brilho de uma ideologia: representavam a “caudilhagem monárquica” (*sic*). Como mais tarde as ideias subversivas justificariam a tortura, a eliminação silenciosa, sem julgamento ou apelação.

O primitivo pode contagiar o civilizado. “A rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas. O sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro.”

Na atrocidade dos embates estalava o fino verniz da cultura. Os “trogloditas” – superada “a curiosidade dos sociólogos extravagantes ou as pesquisas da psiquiatria sempre que um boato profundo lhes afrouxa em torno a coesão das leis... surgem, invadem, escandalosamente a história”. “Pouco nos avantajamos aos rudes patrícios retardatários.” Seriam os bárbaros de Spengler, de Toynbee?

Esquecidas as considerações inspiradas na psicologia das multidões de Le Bon ou na psiquiatria de Maudsley, fica a denúncia. É por aí que *Os sertões* é livro fundador – de civismo, de brasilidade, de humanidade.

Todos conhecem o fim do escritor, desfecho de tragédia grega. À imitação de Antonio Conselheiro, quando, segundo consta, no início de sua carreira sinistra, decidiu “lavar a honra”, também Euclides invade, armas na mão, a casa do ofensor, em remoto subúrbio do Rio. Melhor atirador, o rival – diga-se a bem da verdade, mal ferido e em legítima defesa – o abateu.

O sucesso do livro foi imediato. O momento era de exaltação, de busca sôfrega de identidade. Daí o impacto da obra desse homem descrito como “solitário, tímido e agressivo”.

Afrânio Coutinho inseriu, nas páginas de sua história da literatura, impressionante fotografia de Euclides.¹² Olhar fixo, perdido, reflete a chama interna que o devora – é o retrato de um fanático, consumido por um ideal de justiça, de utopia, de culto ao dever e à honra que o levaria ao fim trágico.

Não para aí a coincidência de destinos entre autor e personagem.

Todos recordam a página a carvão onde Euclides descreve a exumação do cadáver de Antonio Conselheiro. Teve o crânio “geitosamente seccionado do corpo e remetido ao litoral, exposto a multidões em festa”. Depois, medido e analisado por antropólogo ilustre, concluiu-se – ó espanto – que era perfeitamente normal!

Em paralela manifestação de fetichismo científico, o cérebro de Euclides, recolhido pelo médico e acadêmico Afrânio Peixoto, acabou transferido para o acervo do Museu Nacional.

Talvez se buscasse em suas circunvoluções o segredo do impulso criador, do estilo barroco, enfim – do gênio. Não consta que isso tenha acontecido.

O cérebro de Euclides, pasto de uma curiosidade macabra, recebeu ficha e número. Passou a objeto de exposição e daí ao lixo da história. A obra literária sobrevive, é o marco no tempo, vindita e memória.

Notas

1. Minucioso, Bernucci não deixa de explicar que “capanga é o valentão, a serviço de outrem”, ou que pardo é “o de cor entre o branco e o preto”.
2. Euclides da Cunha, *Os sertões*, edição Bernucci, p. 116 e 147. Todas as demais citações foram colhidas na mesma edição.
3. Ludovico Gumplowicz (1838-1909), *La lutte des races*, Paris, 1893. Sobre Gumplowicz ver André Pichot, *La société pure*, Flammarion, 2000, p. 45, 362 e segs.
4. Euclides, *ibid*, p. 175, 199.
5. Ver comentário sobre a frase de Torres e a discussão erudita e humanística de José Fernando Carneiro. In: *Psicologia do brasileiro e outros estudos*, Rio: Agir, 1971, p. 47 e segs.
6. A sociologia desconcertante de *Os sertões*. In: José Leonardo do Nascimento (Org.) *Os sertões de Euclides da Cunha: releitura e diálogos*. São Paulo: UNESP, 2003, p.73 e sgs.
7. *Os sertões*, p. 203.
8. George Gusdorf, *Introduction aux Sciences Humaines*, Paris, 1974, p. 389. Sobre o cientificismo, como falsificação das ciências humanas ver *id*, *ibid*, p. 350, 351.
9. Glycon de Paiva, “Geologia de Canudos em *Os Sertões* in *Digesto Econômico*, São Paulo: Associação Comercial, n. 246, nov/dez., 1975.

10. “Deponhamos” e tudo que se segue. In: Euclides, *Os Sertões*, p. 729 e segs.
11. *Ibid*, p. 735.
12. Afrânio Coutinho, *A literatura no Brasil*, v. III, t. I.

Palestra pronunciada em 12 de maio de 2009

Síntese da Conjuntura

Evolução da Crise Mundial

Ernane Galvêas
Ex-Ministro da Fazenda

Ao que tudo indica, a crise econômica mundial chegou ao fundo do poço, o que significa o fim do agravamento, mas não necessariamente o início do processo de recuperação. Segundo avaliação da Revista “Economist”, a liquidez bancária melhorou ligeiramente, mas está longe da normalização. Por outro lado, a indústria automobilística continua com o “freio de mão puxado” e está mantendo em recessão a indústria siderúrgica mundial. Esses fatos negativos contradizem o otimismo que vem das Bolsas de Valores: até o primeiro semestre deste ano, a Bolsa da China valorizou 60%, a da Rússia 52%, a Dow Jones dos Estados Unidos 42% e a do Brasil 57%. No mínimo, há um enorme descolamento entre as Bolsas de Valores e a economia real.

Em nossa opinião, as chances de uma recuperação global são boas e, melhor ainda, no Brasil. Simplificadamente, podemos avaliar que a recuperação da economia brasileira, a partir de 2010, vai depender

de três fatores:

1) da continuidade de crescimento da China, atualmente sustentado pelo Plano de US\$ 586 bilhões em investimentos da infraestrutura no interior do país.

2) da administração do déficit fiscal e monetário pelos Estados Unidos e países da União Européia, a mais séria de todas as dificuldades atuais; e

3) no Brasil, do ritmo de implantação do PAC (leia-se Petro-Sal).

Em todas as avaliações, há um consenso: o Brasil foi um dos países menos atingidos pela crise e será um dos primeiros a sair dela.

A crise mundial alcançou em cheio a economia brasileira, a partir do 4º trimestre de 2008, o que não impediu que o PIB nacional ainda crescesse 5,1% no ano passado.

A queda nas atividades econômicas ficou circunscrita ao agronegócio, à mineração, aos combustíveis (petróleo, gás e etanol), celulose e papel e alguns poucos outros, cuja demanda foi substancialmente afetada pela queda nas exportações, principalmente para a China. Assim, quando se pergunta quanto tempo vai levar a recessão, a resposta é de ser dada pela demanda externa: quando ela voltar a crescer, aí começa a retomada do crescimento.

Os demais setores estão sendo mantidos em crescimento, como se deduz pela expansão do comércio varejista e consumo de serviços, de um modo geral, impulsionados pela expansão do crédito (+25% ao ano), anticíclica desoneração fiscal, melhora do salário real e aumento do emprego em setores específicos.

A CNI revisou sua projeção do resultado do PIB para 2009 que era de 0%, para menos 0,4%. A projeção para o PIB industrial é de retração de 3,5%, com expansão de 2,1% na agropecuária e um crescimento de serviços de 2%. Já para o consumo das famílias, a CNI está mais otimista e projeta um crescimento de 0,7%. Apesar de ter perdido o ritmo de crescimento nos últimos meses, a massa salarial ainda continua em expansão. Já para o consumo do governo, a entidade manteve a estimativa de crescimento de 3% neste ano.

As exportações devem recuar 10% e as importações 12% com o que a previsão de superávit da balança comercial em 2009 é de US\$ 21,5 bilhões.

Para a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), a CNI projeta queda de 9% no ano.

Colocado os Estados Unidos no epicentro da atual recessão econômica, não poderia o dólar sair ileso da crise, muito embora a inflação americana tenha se mantido em nível relativamente baixo, em comparação com os demais países industrializados. Nos países emergentes, a inflação é maior do que a americana, certamente porque estão sendo beneficiadas pela elevação dos preços do petróleo (países árabes) e das matérias primas e alimentos (como é o caso do Brasil), o que subverte, do ponto de vista da taxa de câmbio, a teoria da paridade do poder de compra de Cassel.

A desvalorização do dólar transparece em vários indicadores. Por exemplo, a paridade US\$/Euro que era de 1,35 em 5/janeiro, subiu a 1,42 em 5/junho e 30/junho; a cotação do ouro estava em US\$ 842 a libra peso, em 5/janeiro, chegou a US\$ 981 em 5/junho e US\$ 940, 7, em 30/junho; em relação ao petróleo, o preço do barril variou de US\$ 48,8/b em 5/janeiro, caiu a US\$ 33,98 em 12/fevereiro e subiu

a US\$ 69,3 em 30/junho; a paridade com o real de R\$ 2,25/US\$ em 5/janeiro, subiu a R\$ 2,44 em 2/março e fechou o mês de junho em R\$ 1,96/US\$.

Atividades Econômicas

Indústria

Foi surpreendente a recuperação alcançada pela indústria de transformação, entre dezembro/08 e maio deste ano, quando a produção de bens de consumo duráveis registrou um crescimento de 92%, especialmente nos segmentos de automóveis, geladeiras e máquinas de lavar. Em contrapartida, os bens intermediários (matérias primas) cresceram 18%, os não duráveis (roupas, alimentos, etc) apenas 1,2% e os bens de capital (máquinas e equipamentos) tiveram queda de 1,4%. O fato atual mais importante é a queda de 11,2% nas vendas de automóveis em julho.

Ao que tudo indica, essa recuperação se deve, basicamente, aos incentivos fiscais e à expansão de crédito dos bancos públicos, no contexto da política anticíclica. Segundo a CNI, a atividade industrial recuou no 2º trimestre, mas em ritmo menor que no trimestre anterior. E a Serasa apurou que a demanda de crédito pelo consumidor cresceu em junho, pelo quarto mês consecutivo, embora no acumulado do 1º semestre tenha havido queda de 6,8%. Também a indústria paulista, segundo a FIESP, cresceu 2% em junho sobre maio, mas acumula queda de 14% no ano. Julho foi o melhor mês de produção da indústria automobilística, depois de junho. A produção de aço em junho superou em 2,5% a de maio, mas no 1º semestre ainda se registra queda de 39%.

As vendas de aço plano foram 8% superiores às de junho, um sinal positivo de recuperação da indústria siderúrgica, a mais afetada pela crise. A Usiminas reativou seu altos fornos e a Gerdau adiou a paralisação. Por outro lado, registra-se, no semestre, uma queda de 2,7% no consumo de energia, sendo de 11,4% na indústria e aumento de 6% no comércio. A indústria de papelão ondulado registrou alta de 1,2% em junho, mas também acumula resultado negativo de 6,4% no 1º semestre.

Comércio

As vendas do comércio varejista subiram 0,8% em maio na comparação com abril, segundo o IBGE. Na comparação com maio do ano passado, houve alta de 4%, no ano acumularam variação positiva de 4,4% e, em 12 meses, alta de 6,5%. O resultado de maio foi influenciado pelo bom desempenho dos supermercados, que subiram 6,7%. Já as vendas de móveis e eletrodomésticos caíram 6,3% em maio ante igual mês do ano passado, apesar da redução do IPI para os produtos de linha branca. As vendas incluindo veículos e motos e materiais de construção subiram 3,7% em maio sobre abril e aumentaram 3,3% em relação a maio do ano passado.

Pelos levantamentos da CNC, abrangendo 12 principais regiões metropolitanas do País, as vendas reais do comércio caíram 0,7% de janeiro a maio, em relação a igual período do ano anterior.

Em junho, segundo a Abras, as vendas reais dos supermercados caíram 5,6% em relação a maio, mas acumulam no 1º semestre alta de 5,3%

No Rio de Janeiro, em maio, segundo a Fecomércio-RJ, o faturamento

do comércio aumentou 2,4% em relação a maio/08.

O movimento de passageiros no 1º semestre, aumentou 3,23% nos voos domésticos e sofreu queda de 5,64% nos voos internacionais das companhias brasileiras.

Agricultura

As exportações do agronegócio totalizaram US\$ 7,3 bilhões em junho, alta de 12% ante igual mês do ano passado, um superávit de US\$ 6,6 bilhões. O resultado foi puxado pelo aumento de 48,9% das vendas do complexo soja, de 21,6% do setor sucroalcooleiro e de 54% de fumo.

O volume embarcado do farelo de soja foi 11,1% superior ao de junho de 2008 e o preço médio do produto aumentou 8,4%. O valor exportado foi 20,4% maior, com uma receita de US\$ 537 milhões. Já as vendas externas de óleo de soja caíram 39,7%, resultado do menor volume exportado (-1,5%) e da queda de 38,8% no preço médio.

A crise internacional afetou o setor algodoeiro no País, que sofreu redução de 23% na área plantada este ano e vai perder cerca de 400 mil toneladas na produção em relação a 2008.

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da próxima safra contempla recursos no total de R\$ 108 bilhões, dos quais R\$ 15 bilhões para a agricultura familiar (+60%). A taxa de juros foi reduzida para 6,25%. Se o MST e os “ambientalistas” não atrapalharem, vamos ter uma boa safra 2009/2010.

Os contratos futuros de açúcar, nas Bolsas de Nova York e Londres, estão em forte alta, com cotação 60% acima dos preços do álcool.

Mercado de Trabalho

O número de empregos criados no País no primeiro semestre deste ano ficou 1,06 milhão abaixo do que foi registrado no mesmo período do ano passado. Entre janeiro e junho, foram gerados 300 mil postos de trabalho com carteira assinada, contra 1,36 milhão nos primeiros seis meses de 2008.

A queda de 78%, foi puxada pela piora no desempenho da indústria. O mercado formal de trabalho encerrou junho com recuperação de metade das vagas fechadas entre novembro e janeiro quando foram cortados no País 797,5 mil postos com carteira assinada. No período de fevereiro a junho foram criados 401,3 mil novas vagas, garantindo a recuperação de 50,3% do total de postos fechados na virada de 2008 para 2009. O ritmo de criação de novos empregos com carteira assinada perdeu força em junho, em comparação a maio. De acordo com o Caged, no mês passado foram contratados 119,5 mil mais empregados do que demitidos. O saldo foi 9,1% menor que o resultado líquido de maio (131,5 mil novas vagas) e 61,3% inferior ao de junho de 2008. É o pior resultado dos últimos 10 anos.

O setor de serviços é o que está impulsionando o mercado de trabalho no primeiro semestre, segundo o Caged. Das 299.506 vagas abertas, 266.612 foram nos serviços puxados pelos subsectores de ensino, de alojamento e alimentação. O emprego na indústria brasileira caiu em maio frente ao mês anterior pela oitava vez seguida, segundo o IBGE. O recuo ante abril foi de 0,5%, em relação a maio de 2008, caindo 6%. No ano, o nível de emprego acumula queda de 4,7%.

A queda foi generalizada, atingindo os 14 locais e 17 dos 18 setores pesquisados. São Paulo (com queda de 4,5%), Minas Gerais (com

redução de 8,5%) e região Norte e Centro-Oeste (com baixa de 9,6%) tiveram os recuos mais significativos.

O saldo de criação de vagas na indústria paulista caiu 0,36% em junho, de acordo com a Fiesp. Foram fechadas 8.000 vagas no mês e 54,5 mil no semestre.

Após cinco meses de estabilidade, o desemprego em seis das principais regiões metropolitanas do País caiu para 14,8% em junho, segundo o Dieese. O índice estava em 15,3% em maio e 14,6% em junho de 2008. A queda ocorreu em todas as regiões, exceto Belo Horizonte, onde ficou estável.

Em junho, montadoras e fabricantes de autopeças fecharam 2,9 mil postos de trabalho. Desde outubro/08, os dois setores demitiram 47,4 mil empregados. As indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus já eliminaram 17.118 postos de trabalho, de dezembro de 2008 a maio último.

Setor Financeiro

No dia 22 de julho, o Banco Central reduziu a taxa de juros básica (Selic) de 9,25% para 8,75%. No sistema financeiro, as operações de empréstimos cresceram 1,3% em junho e 4,2% no ano, acumulando em 12 meses uma alta de 19,7%, contra 31,1% nos 12 meses de 2008. No ano, os empréstimos à indústria aumentaram R\$ 3 bilhões (+0,9%), ao comércio caíram R\$ 4 bilhões (-3,2%) e às pessoas físicas aumentaram R\$ 40 bilhões (+10,1%). Nos bancos públicos (BNDES, BB, CEF, BNE), a expansão foi de 33,8% contra 13,1% nos bancos privados nacionais e 10,7% nos estrangeiros. No período de 12 meses terminados em junho, o papel-moeda emitido aumentou

11,8%, as reservas bancárias caíram -11,2%, os meios de pagamento (M1) subiram 9,1% e (M4) 15,7%. O BNDES, em julho, concedeu empréstimo de R\$ 25 bilhões à Petrobrás.

Segundo a Serasa, em junho a inadimplência da pessoa jurídica recuou 9,6% em relação a maio. Entretanto, na comparação com junho de 2008, houve aumento de 26,6%. Pelos dados do Banco Central, 5,7% dos empréstimos têm atraso de pelo menos 90 dias.

Inflação

O IPCA-15/IBGE registrou inflação de 0,22% em julho, inferior aos 0,38% de junho. O IGP-M/FGV fechou julho com deflação de -0,43%, quinta queda mensal consecutiva. No ano, a queda é de 1,67% e, em 12 meses, de 0,67%. Difícil de acreditar.

Segundo a Fecomércio-SP, o IPV (varejo) subiu 0,10% em junho, ante 0,25% em maio. No Rio, a Fecomércio-RJ apurou uma queda de 0,35% no valor da cesta básica, na 2ª semana de junho. No mês de julho, a taxa de câmbio sofreu uma valorização de 4,95%, acumulando no ano inacreditáveis -19,87%.

Setor Fiscal

Continua se agravando a situação fiscal, com o descontrolado aumento das despesas de custeio nos três Poderes. O gasto público cresceu 17,1% no 1º semestre, enquanto a receita caiu 1,8%. Os investimentos cresceram apenas 0,1% do PIB. Essa tendência de desequilíbrio poderá gerar sérias dificuldades fiscais em 2010. Calcula-se que o corte da Selic pelo Banco Central vai economizar R\$ 23 bilhões no pagamento de juros, até o final do ano. De janeiro a junho, o setor público somente conseguiu economizar R\$ 35,2 bilhões (superávit

primário) para pagar R\$ 78,9 bilhões de juros, deixando um déficit nominal de R\$ 43,7 bilhões (3% do PIB). Em consequência, a dívida interna bruta subiu a R\$ 1.859,8 bilhões em junho/09 (63,7% do PIB), R\$ 46,7 bilhões acima de maio e R\$ 118,9 bilhões superior a dezembro/08. Nos mesmos períodos de 2007, o superávit primário chegou a R\$ 64,3 bilhões e em 2008 a R\$ 81,7 bilhões. A dívida mobiliária federal subiu de R\$ 1.264,8 bilhões em dezembro/08 para R\$ 1.321,9 bilhões em junho/09 (aumento de R\$ 57,1 bilhões). Em junho, o déficit da Previdência Social subiu 10,7% no 1º semestre.

O Tesouro Nacional tem depósito R\$ 397 bilhões no Banco Central que, por sua vez, tem em carteira R\$ 385,6 bilhões de títulos federais. As reservas internacionais fecharam junho com saldo de US\$ 207,6 bilhões (e julho, com US\$ 211 bilhões), correspondentes a R\$ 393,1 bilhões.

O Tesouro Nacional captou no exterior mais US\$ 1,0 bilhão, em janeiro, e US\$ 750 milhões em maio (!?).

O Congresso Nacional já aprovou a criação de 1.094 cargos comissionados para o Executivo, 899 cargos para os Tribunais Regionais do Trabalho e 8.510 cargos para lotar novas 240 Varas federais. Estão em curso: a criação de 296 cargos para a PREVIC, 34 para a SUSEP, 141 para o TRT-SP, além de 6.804 cargos e 3.675 funções comissionadas para o Ministério Público.

O Bolsa Família teve reajuste de 9,9%, a partir de 1º de setembro.

Setor Externo

No mês de julho, as exportações somaram US\$ 14,1 bilhões e as importações US\$ 11,2 bilhões, acumulando no ano superávit de US\$ 16,9 bilhões.

No 1º semestre, as exportações de açúcar subiram 53%, mas em contrapartida, as de etanol caíram 25%. Para os Estados Unidos, as exportações de suco de laranja caíram 56,6% e as de álcool tiveram redução de 86%.

Com a recuperação da China, as exportações de minério de ferro aumentaram 7,7% no 1º semestre, e a Vale, com vendas de US\$ 5,6 bilhões, ultrapassou a Petrobras. As despesas com fretes marítimos caíram de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 1,6 bilhão, e com viagens (negócios e turismo) caiu de US\$ 2,6 bilhões para US\$ 1,9 bilhão. As remessas de juros somaram US\$ 7,9 bilhões (-8,7%) e as de lucros e dividendos US\$ 11,4 bilhões (-41,7%). O ingresso de investimentos diretos estrangeiros chegou a US\$ 12,6 bilhões, em julho, contra US\$ 16,8 bilhões no mesmo período de 2008. A crise mundial reduziu substancialmente o movimento de capitais. A dívida externa alcançou em junho US\$ 266,3 bilhões e as reservas cambiais subiram a US\$ 208,4 bilhões.

A economia mundial ainda não deu sinais evidentes de recuperação. Nos Estados Unidos, a economia tende a se estabilizar, ainda que em um nível baixo. O PIB recuou 1,0% no 2º trimestre (menos do que o esperado), mas as vendas a varejo subiram 0,5% em maio e 0,6% em junho, enquanto o número de licenças para construção civil aumentou 8,7% e o preço das casas subiu 0,5%, o melhor resultado dos últimos três anos. Também os bancos revelam recuperação nos lucros, no 2º trimestre, com destaque para o Citigroup (US\$ 4,3 bilhões), o Goldman Sachs (US\$ 3,4 bilhões), o Bank of America (US\$ 3,2 bilhões), o J.P. Morgan (US\$ 2,7 bilhões), além de outros. O Morgan Stanley registrou perda de US\$ 1,26 bilhão. Pelo lado negativo, registra-se que o déficit fiscal, em nove meses, já ultrapassou US\$ 1 trilhão e caminha para US\$ 1,84 trilhão em setembro. Em junho, os gastos

do Governo aumentaram 37% e a arrecadação caiu 17%; a inflação (preços ao consumidor) subiu 0,1% em maio e 0,7% (!) em junho, devido à alta de 7,4% nos preços da energia. Em julho, o desemprego aumentou 467 mil vagas (9,5%).

Na zona do Euro, a produção industrial cresceu 0,5% de abril para maio, primeiro sinal de um início de recuperação. Entretanto, na Inglaterra, o PIB caiu 0,8% entre abril e junho, acumulando queda de 5,6% nos últimos 12 meses. O desemprego na Europa é o mais alto dos últimos dez anos.

Na China, a economia cresceu 7,9% no 2º trimestre, com alta de 12% na construção civil, afastando qualquer dúvida de recessão. No 1º semestre, a produção de aço aumentou 6%. As reservas cambiais chinesas superaram US\$ 2,1 trilhões, dos quais cerca de US\$ 800 bilhões estão aplicados em títulos do Tesouro Nacional americano. O desemprego permanece estável (4,3%).

No Japão, a indústria cresceu 8,3% no 2º trimestre, em relação ao primeiro.

